

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** -----  
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE  
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS  
----- **ATA NÚMERO DOIS** -----  
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu, no Ginásio da Junta de Freguesia de São Vicente, sito na Calçada dos Barbadinhos, número trinta e seis, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Mariana Isabel Varela Loja Prelhaz (PS), coadjuvada por Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva (BE), Primeira Secretária, e Sandro Paulo Magusto Pereira (PS), Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Isabel Cristina Domingues Miranda.-----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Tiago Filipe Rodrigues Gonçalo e Bruno Ricardo Silva Santos.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Vitor Manuel Alves Agostinho e Michele Boulier Faro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – João Júlio Janela Baptista da Silva. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Luís Augusto Sá Souto. -----

----- **Do Movimento “Em Frente São Vicente” (MEFSV)** – Daniel Oleirinha Adrião.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- A. Intervenções do público;-----

----- B. Período de Antes da Ordem do Dia; -----

----- C. Ordem do Dia;-----

----- I. Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais;-----

----- II. Apreciação e votação da documentação de prestação de contas de 2025;-----

----- III. Apreciação e votação da 1.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2026; -----

----- IV. Apreciação e votação do Regulamento das atividades da Freguesia de São Vicente em 2026 -----

----- V. Apreciação da Informação Escrita do Presidente e da Informação da Situação Financeira da Junta de Freguesia; -----

----- VI. Apreciação e votação da retificação do protocolo celebrado pela junta de São Vicente com o Banco Alimentar. -----

----- D. Intervenção do Público.-----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- Informou que houve substituição da Membro Ema Azevedo da Fonseca Guerra por Isabel Cristina Domingues Miranda. -----

----- Disse que havia seis inscrições e lembrou que existia um período máximo de vinte minutos de intervenção do público nessa primeira fase e outros vinte minutos no final da Assembleia, o que dava um total de três minutos a cada intervenção. -----

----- Foi colocado um ecrã que iria ajudar com a contagem, para que tivessem esse apoio e perceberem o tempo que estava a durar a intervenção. Agradecia que cumprissem o prazo.-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que estavam a iniciar e parecia haver um bocadinho de amorismo, menos cadeiras nas mesas, não sabiam se tinha que fazer substituições, pessoas que ainda não tomaram posse e eram substituídas, cadeiras vagas do PS. Não estava a perceber a razão da Isabel ainda não ter tomado posse, estava a

substituir uma pessoa e tinha que tomar posse primeiro, pelo menos era isso que tinha aprendido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que na convocatória foi enviado o pedido de substituição e foram convocados os Membros seguintes da lista. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que se era substituída tinha que tomar posse para poder estar ali, tal como aconteceu com a pessoa que agora era assessor do Presidente, que na Assembleia anterior também tomou posse primeiro. -----

----- (Neste momento tomou posse a cidadã Isabel Cristina Domingues Miranda como Membro da Assembleia de Freguesia de São Vicente)-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** perguntou se foram feitos os pedidos de substituição dos Membros precedentes da lista. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que sim, tinha os e-mails enviados. Podia depois mostrar a documentação. Evidentemente foi seguida a ordem da lista. -----

----- **Período de intervenção do público:** -----

----- **Freguesa Catarina Rodrigues** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Obrigada por me permitirem fazer a minha intervenção. Eu venho aqui, enquanto mãe de uma criança aluna da Freguesia, para questionar mais diretamente à Junta por não ter horário e por já ter tentado ligar algumas vezes para marcar uma reunião e há sempre ali, sinto sempre uma dificuldade, então hoje decidi comparecer. -----*

----- *A minha pergunta vai no sentido de saber se vocês sabem como é que está a ser realizada a terapia da fala na Junta. Vocês promovem, vocês oferecem esse serviço e bem, fiquei muito feliz na altura quando soube, até foi a professora da escola que me falou disso, mas depois não funciona. -----*

----- *Desde 11 de novembro a minha filha teve seis sessões, quando deveria ter quatro por mês. Isto para mim não faz minimamente nenhum sentido, porque ou o pneu rebenta, ou o pneu fura, ou tenho férias, ou estou de baixa, ou isto ou aquilo. O que é que é isto? Expliquem-me, por favor, para que eu consiga entender como é que é possível estar o erário público a fazer o pagamento de um serviço que é oferecido às crianças da Freguesia e as crianças, pura e simplesmente, não podem ter esse serviço. -----*

----- *E mais, descontente estou de ver a vossa cara surpreendida. Não pensei que isto fosse trazer-vos algum tipo de surpresa ou de estranheza e não tenho mais nada a dizer. Só apenas de ouvir uma resposta, porque na minha opinião azares acontecem a todos. Ok, vamos substituir aquela terapia, vamos marcar para outro dia, vamos conversar com os pais para fazer noutra hora. Acho que isso tem que partir um bocado da parte da Junta, em trazer esta situação bem acautelada. -----*

----- *A terapia da fala é algo muito importante para as crianças, faz mesmo muita falta e eu sei que há muitas crianças que não tiveram acesso. Eu própria fui das primeiras pessoas a inscrever a minha filha e a promover este serviço como uma ação benevolente da Junta. Achei que era realmente uma coisa fantástica a Junta ter terapia da fala para as crianças e de repente ela não funciona. -----*

----- *Obrigada, boa noite.” -----*

----- **Freguês Ludgero Pereira** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Ora, boa noite para todos e para mais alguns que lá estejam em casa a ouvir. Vou começar a minha intervenção de hoje. -----*

----- *Para todos os residentes de São Vicente, como sempre cá estou eu, o tal do costume, mas liberto de hipocrasias ou de esquemas, mas com a liberdade que conquistei com o 25 de Abril, questionando tudo e todos com a minha verdade e a minha maneira de estar presente, mesmo com a canhota na mão. -----*

----- Aos eleitos, vejam ao que chegou estas pré-programadas que são a horas pouco plausíveis para reformados, desempregados, doentes, não físicos, estudantes noturnos, ou então para os etc. E porque não aos sábados? Já estou farto de falar isto. Também outros partidos já se pronunciaram noutras alturas a relação isto. -----

----- Se julgam que eu, ou nós residentes fazemos parte da família dos marretas, estão enganados. Não sou cego, nem surdo. Escolho sempre o chapéu a usar. Este é hoje o meu chapéu escolhido, eleito e incompleto. -----

----- E agora pergunto eu. Se posso usar, em vez do relógio, se posso usar o cronómetro, ou vice-versa. E qual o calçado e a cor que eu posso usar? E a cor das meias? Qual a roupa, se é fato, e a gravata respetiva? Se posso usar o lacinho do meu Natal ou a roupa de trabalho. Isto é a roupa de trabalho, é a sarrapilheira. Isto não é um grande investimento. Se posso vir agasalhado por causa do tempo ou terei que vir estilo eclético? Também tenho a roupa para isso. -----

----- Não sou pitosga, não sou surdo, não sou burro, não sou político nem partidário. Como residente, aos Senhores da Mesa, da Junta, façam obra por favor. Preservem o património do meu bairro. -----

----- Para o mês que vem faço 78 anos e os desastres cada vez são piores. -----

----- Boa noite para todos. Continuação de bom trabalho.” -----

----- **Freguesa Rosa Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos, à Mesa, a todo o pessoal. -----

----- Eu começo por endereçar este recado ao Presidente, porque várias pessoas me fazem e a campanha dele foi nesse sentido, várias pessoas me fazem referência à piscina que nunca mais está posta a funcionar e as pessoas da Freguesia precisam disso. ----

----- Depois, como bem sabe o Biveti e outros, eu tenho o cuidado quando passo em algum sítio que vejo as coisas, eu chamo à atenção. Aliás, chamo à atenção diretamente ao Presidente da Junta, que é a esse que eu costumo dirigir sobre os carros abandonados, com tanta falta de estacionamento que há, montes de carros abandonados que estão mais para ir para o lixo que outra coisa, sobre o empoderamento das ruas ali na paragem do 12, que as pessoas ao descerem podem ter ali uma queda.-----

----- O Senhor Presidente disse-me que isso era trabalho da Câmara, mas eu acho que aquilo... Na altura disse-me, quando mencionei esse assunto, disse-me que era assunto da Câmara. As pedras tiradas, ao descer dos autocarros as pessoas podem meter ali os pés, porque as pedras estão soltas e isso é chato para qualquer pessoa. Aliás, eu mandei-lhe esse recado, só que na altura disse-me que não percebeu, mas eu percebi.-----

----- Aquilo tem que ser arranjado e eu acho que a Junta de Freguesia tem calceteiros para arranjar ali meia dúzia de pedras, por amor de Deus. Na altura disse-me que era da Câmara. Certo? Que eu até disse que qualquer coisinha é da Câmara. Se as pessoas puderem fazer, fazem. -----

----- Também apresentei o caso de uma colega minha, que para ir nos passeios à borla inventou uma história do diabo, a dizer que a Junta da Freguesia não tinha dinheiro nem para pagar os funcionários, que eu achei que aquilo era descabido. Telefonou-me duas vezes, eu devolvi-lhe o telefonema, foi quando ela me disse que a Junta da Freguesia estava em falência e que nem dinheiro tinha para pagar os funcionários.-----

----- Eu achei aquilo super estranho. No entanto, ela foi ao passeio, ela serviu-se disso, nem é da Freguesia, nem é uma pessoa daqui da Freguesia, serviu-se disso para falar com o Presidente Biveti para ir ao passeio e foi. Eu tive o cuidado de saber se ela tinha ido ou não. É assim, tem que haver uma disciplina na Junta, tem que haver uma disciplina para toda a gente. -----

----- Depois, tenho a agradecer ao Engenheiro Carlos Moedas, que é o Presidente da Câmara, que tem feito um trabalho exemplar na Quinta do Ferro. Agradeço a essa

*peessoa todo o trabalho que tem feito na Quinta do Ferro e que a Junta nunca fez nada aqui neste lugar e a Quinta do Ferro pertence à Freguesia e nunca ninguém lá pôs os pés.* -----

*----- Agora está a andar, tem casas para alugar na Rua da Verónica, o empreendimento já está acabado. Portanto, devo muito ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Carlos Moedas e à Câmara. Posso dizer isto do coração, porque era uma zona que eu andava há montes de anos a tentar resolver, a tentar que alguém fizesse alguma coisa por aquilo, mas todos desviavam o olhar. Pessoas que moram na Rua Leite de Vasconcelos disseram-me que nem conheciam a Quinta do Ferro.* -----

*----- **Freguês Hugo Cruz** fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Eu estou aqui em representação do movimento à Assembleia da Graça “Parar o Hotel no Quartel”. No nosso contato regular com a população da Graça constatámos que existe uma oposição generalizada à construção de um hotel no antigo Quartel da Graça. Pela sua dimensão, terá efeitos avassaladores no bairro, a todos os níveis. ---*

*----- Aumentará ainda mais o número de turistas no bairro e as tensões crescentes com a população residente. Agravará o tráfego, aumentando o risco de atropelamentos, maior poluição sonora e atmosférica, dificultará ainda mais a circulação viária no bairro, já difícil. Pressionará ainda mais os serviços e comércio tradicional, aumentando ainda mais as rendas da habitação e do comércio. -----*

*----- É também partilhado pela grande maioria da população a convicção de que aquele espaço deveria ser usado para servir as necessidades de quem vive cá e não dos turistas que passam cá dois ou três dias. Naquele espaço poderia ser construção ou construída habitação, um lar de idosos, equipamentos desportivos para os clubes do bairro e as crianças que cá vivem. Espaço para lojas e ateliês de trabalho com rendas acessíveis, biblioteca, jardins públicos, etc. -----*

*----- Posto isto, nós o que queremos saber é o que pensam os partidos políticos que estão representados nesta Assembleia sobre este assunto, pelo que vos deixamos duas questões muito concretas: Concordam que o espaço do antigo Quartel da Graça seja ocupado por um hotel de luxo? Estão dispostos a envidar esforços para travar este projeto e quais?*

*----- Finalmente queremos colocar dois pedidos de informação a esta Assembleia: ---*

*----- Está o SANA a pagar o que é devido ao Estado? Que informação existe e que informação foi pedida? E o que vai acontecer ao parque de estacionamento da Damasceno Monteiro? Vai fechar para servir de estaleiro à obra ou apenas para sofrer obras de remodelação? E quando é que vai fechar? -----*

*----- E último ponto, para terminar, relativamente ao acesso viário que tem estado encerrado no acesso ao Jardim da Cerca, o mesmo será aberto ou reaberto à população, permitindo que as pessoas em cadeira de rodas ou com carrinhos de bebé acedam ao jardim? -----*

*----- Portanto, são aqui pelo menos quatro ou cinco questões. -----*

*----- Muito obrigado e boa noite.” -----*

*----- **Freguês Ivo Macedo** fez a seguinte intervenção:-----*

*----- “Boa noite. Boa noite, Senhor Presidente, eleitos.-----*

*----- Eu venho aqui pôr uma questão em nome do arraial da Graça, que sou um dos participantes há muitos anos, tanto eu como metade destas pessoas que aqui estão. Venho aqui, antes de mais, para agradecer e penso que posso agradecer no sentido de olhar e ver que o projeto possa vir a ter futuro e continuar, que é essa a intenção que cá estamos. Perceber que participo, como venho dizendo nos outros anos, participo no maior arraial de Lisboa, aquele que tem mais segurança, tem mais higiene e que mais força tem dentro da cidade e que traz uma grande visibilidade à Graça e que tem demonstrado ano após ano. -----*

----- Uma das coisas que me faz vir aqui, a mim e aos meus colegas, é muito diretamente perguntando aqui aos Membros da Assembleia, saber e perceber se é mesmo verdade ou não é, se algum dos Membros se responsabiliza pela providência cautelar que circula dentro das ruas da Graça contra o arraial. -----

----- A minha pergunta é muito direta e concreta. Tenho um filho de dois anos, venho aqui porque é isso que me põe medo, a mim e a todos que aqui estamos, porque nós vivemos disto. Nós não damos alegria só à cidade, nós damos alegria, orgulho, a quem faz parte da Freguesia, porque o arraial da Graça não é só quem cá vem trabalhar, é quem faz parte dele e quem nele participa e quem nele faz vida. Pergunto e deixo essa pergunta a todos os Membros da Assembleia, saber se é arraial ou se não é arraial e se alguém tem a frontalidade de me responder a mim. -----

----- Não pergunte a estas pessoas, pergunte a mim. Tenho um filho à minha espera de dois anos para lhe dizer, apesar de ele não entender. Se algum dos Senhores me pode responder isso. É muito direto, só essa questão. -----

-----Boa noite.” -----

----- **Freguesa Susana Estronca** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite ao Presidente e aos demais eleitos. -----

----- O que me faz vir aqui hoje é de facto confrontar e fazer algumas perguntas diretas, porque o ano passado, quando estávamos em pré-campanha eleitoral, eu estive acompanhada pelo Doutor Daniel Adrião, que foi ter comigo à minha tasquinha e veio-me prometer que na eventualidade, se ganhassem as eleições, o arraial da Graça iria se manter. Falou em mim, falou no Francisco Cravo, falou no Luís do Penalva, que hoje não pode estar, mas eu represento, porque ele fez questão de dizer “Susana, podes falar por mim.” -----

----- O que eu gostava que o Doutor Daniel me explicasse a mim e aos demais que aqui estão, que fazemos todos parte deste arraial, porque é que ele na altura da pré-campanha dele fez promessas que disse que nós manteríamos o arraial e que fazia questão que nós todos estivéssemos no arraial e agora quer pôr uma providência cautelar. Não entendo.

----- Também não entendo, ele que se candidatou a Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, não querer manter o arraial da Graça, que o arraial da Graça não é só o arraial da Graça para as pessoas que lá estão a trabalhar. O arraial da Graça é uma conjuntura que mete toda a economia da Graça a mexer. Eu gostava que ele me explicasse o que é que ele tem contra isso. -----

----- Mais, o que é que ele tem contra o arraial da Graça? Porque é que ele também não faz uma providência cautelar contra o arraial da Vila Berta? Porque somos nós que somos da Graça? O pessoal da Vila Berta já é diferente? Eu gostava que ele me explicasse isso e que me desse algumas respostas. -----

----- E tenho mais uma questão para lhe fazer. Como é que ele teve a capacidade de dizer aos fregueses de caras que cumpria a promessa e agora, não sei se ele estará com algum problema, não faço ideia, mas agora ele diz que afinal não quer nenhum arraial na Graça. Portanto, de facto, os fregueses da Graça votaram bem porque não acreditaram na palavra deste Senhor, porque este Senhor só demonstrou, mais uma vez, que não teve palavra e que não iria cumprir as promessas que dizia em bom tom que iria fazê-las. -

----- Portanto, ele simplesmente não cumpriu e não tinha essa capacidade de cumprir e tanto se vê que ele agora, por vingança digo eu, quer exterminar o nosso arraial, mas nós com certeza que vamos lutar contra isso e nós vamos manter o nosso arraial. E tenho a certeza que todos nós que aqui estamos vamos nos juntar e se na eventualidade o Doutor Daniel Adrião fizer uma providência, nós também iremos fazer, porque nós estamos cá para lutar pelo nosso arraial. Estamos cá há 12 anos e é isso que vamos fazer. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu ao público que não se manifestasse tanto com as intervenções. De acordo com o Regimento não era permitido. -----

----- **Freguês José Muacho** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todas as outras pessoas.* -----

----- *Eu sou mais uma pessoa que vem aqui também por causa do arraial, porque não o faço há 12 anos, não o faço há 15, faço há mais de 25 anos.* -----

----- *O arraial é no mês de junho. Junho é Lisboa, Lisboa é sardinha assada, Lisboa é caldo verde, é bifana, é festa na rua. Não sei se há providência cautelar, se não há, gostava que o Senhor Presidente nos fizesse informar isso a nós, as pessoas que mantemos o arraial, que ano após ano temos melhorado cada vez mais.* -----

----- *Como o meu colega disse, temos mais casas de banho, temos mais segurança, a música acaba à hora combinada, a partir da meia-noite a polícia varre com a segurança as pessoas do arraial, não fica ninguém no arraial.* -----

----- *Antigamente sim, há muitos anos atrás não havia higiene, mas agora, cada ano após ano mais casas de banho, mais urinóis, mais iluminação para não haver problemas. Gostava de saber se a pessoa que está a pensar pôr a providência cautelar se nasceu em Lisboa, porque Lisboa é festa, Lisboa no mês de junho são os arraiais da rua. Toda a gente sabe, os estrangeiros e tudo, vêm para a festa em Lisboa no mês de junho e isto é o nosso pão, muita gente depende disto.* -----

----- *Eu sou feirante há 35 anos, comecei com 20 anos, tenho 55 anos, sou feirante há 35 anos, sempre fiz os arraiais, sempre fiz as festas ao redor de Lisboa. Querem tirar-nos o pão a nós? Porque o dele está garantido? É isso que nós gostávamos de saber, porque é que estão contra o arraial.* -----

----- *Há arraial no Campo Pequeno, há arraial na Vila Berta, há arraial aqui em Sapadores, em Alfama, na Mouraria. Porque é que querem tirar o arraial da Graça? Qual é o problema do arraial da Graça? Um dos arraiais mais seguros de Lisboa. É isso que eu quero, gostava que a pessoa que quer pôr a providência cautelar nos fizesse entender isso, porque se calhar, se nos fizerem entender as coisas, se calhar nós até poderíamos concordar. Agora, quando são palavras vazias não fazem entender as pessoas que vivem nos arraiais.* -----

----- *Muito obrigado a todos.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinham a sala cheia e, portanto, agradecer essa grande participação dos moradores. Esperava que em várias reuniões fosse sempre assim, porque era bom sinal, era sinal que a democracia participativa vivia-se bem no bairro. -----

----- Começando pela Senhora Catarina Rodrigues, o que podia dizer era que nesse momento tinham uma terapeuta da fala com 21 crianças alocadas à terapia da fala. Não sabia o caso em concreto, tinha os dados, sabia quantas crianças estavam a ser seguidas, mas não tinha depois essas informações em concreto, se faltou X, e também iam tentar perceber porque faltou, o que aconteceu, não era por aí. -----

----- Sabiam da necessidade desse serviço e era por isso que a Junta prestava esse serviço. Não havia muitas Juntas que tivessem esse serviço, achava que não havia na Cidade de Lisboa outra Junta que tivesse um serviço da terapia da fala -----

----- Percebia a importância, porque também tinha na sua família pessoas que precisaram, portanto, estava perfeitamente de acordo e alinhado com isso. Iriam tentar perceber o que aconteceu e tentar perceber se conseguiam que não acontecesse outra vez. Portanto, não sabia se conseguia ou não, mas também podia dar um contato mais direto, ou até

costumavam ter reuniões, atendimento ao público, também era uma questão de informar depois para também ter um atendimento ao público. -----

----- Não sabia se ia ficar ali até ao final, mas depois alguém falava consigo para ficar com o seu contato, se houvesse alguma necessidade depois também falava diretamente com essa pessoa. Portanto, pedia que alguém que estivesse ali da Junta conseguisse ficar com o contato. -----

----- Relativamente à Dona Rosa, mais uma vez muito obrigado por todas as questões que ia colocando. Relativamente à questão das pedras, não tinham essa questão de ser a Câmara ou ser a Junta. Evidentemente que pesava sempre, mas não pesava em casos que a Junta conseguia fazer. Ou seja, havia muitas coisas, aliás, já aconteceu no passado, até com coletividades e não só, com moradores que tinham grandes volumes, muitas vezes faziam esse trabalho porque tinham essa vontade, ou em outros aspetos costumavam fazer. -----

----- No entanto, havia uma questão em concreto que estava a colocar. Lembrava de ter ido ver as mensagens e fotos na altura das intempéries e também já reportara isso. Ficaram com buracos na calçada, portanto, a questão em concreto não era umas pedras que estavam soltas, era um buraco na calçada e por mais que quisesse não tinham ali como tapar, para meter a terra toda, para meter daquelas dimensões. Na altura em que aconteceu as intempéries, uma das coisas que lhes foi solicitada pela Câmara, até pelos Vereadores, foi sinalizar todos os buracos que tivessem acontecido, ou que se tivessem degradado nessa ocasião. Sinalizaram e como havia outros territórios que tinham vindo a ter essa requalificação, estavam à espera que também ali tivessem. -----

----- A equipa, a quem agradecia muito, tinha feito um trabalho extraordinário ultimamente, principalmente na questão dos passeios, fizeram agora recentemente na Rua da Senhora da Glória um trabalho excepcional depois de uma senhora ter falado e não só, em outras ruas também, era uma equipa de cinco elementos. Havia muitas Freguesias que acabavam por ter um conceito um bocadinho diferente, mas ali tinham cinco elementos que faziam esse trabalho. -----

----- Era um bocado difícil e tinha que dizer, a Junta mesmo que gostasse, quando eram buracos de grandes dimensões e que não era só mexer na calçada, mas era realmente um buraco assim, em que a pedra entrava toda para dentro, havia coisas que só faziam sentido se fizessem uma requalificação da rua e isso podiam depois tentar, mas sempre com o contrato de delegação de competências da Câmara. Isso depois era uma coisa que podiam falar. -----

----- A questão dos carros abandonados, a primeira das coisas que fizera quando entraram, quando começou esse mandato, foi realmente falar com a Polícia Municipal e com a EMEL sobre vários assuntos, desde logo a questão dos carros. Falaram sobre a questão da Justiniano Padrel, que era um sítio que estava muito complicado, a Rua Washington era um sítio que também sabiam ser muito complicado e no geral a resposta da polícia foi sempre no sentido cooperante e de eventualmente fazerem uma campanha geral sobre esses assuntos. -----

----- Passaram seis meses, sabia que queriam que as coisas acontecessem, mas às vezes demoravam um bocadinho mais, mas havia essa consciência por parte da EMEL, havia essa consciência por parte da Polícia Municipal, dessa necessidade. Sabia que agora na Justiniano Padrel, por exemplo nesse dia foram retirados bastantes carros e, portanto, havia essa consciência e algum trabalho tinha vindo a ser feito nesse sentido. -----

----- A questão colocada sobre os passeios era uma boa questão. Estavam alinhados, porque nesse dia na Assembleia de Freguesia ia ser discutido um regulamento para prever os critérios para os passeios. O Regulamento de Intervenção Social ia ser discutido e

iriam perceber que definiam critérios para os passeios. Portanto, estavam alinhados nisso e estavam alinhados enquanto Junta de Freguesia.-----

----- Sabia que às vezes parecia estranho haver pessoas que não eram da Freguesia e que iam aos passeios, mas tinham vários critérios para que isso acontecesse. O primeiro critério era desde logo participarem nas atividades. Tinham pessoas na Freguesia que faziam parte do Coro de Santa Ingrácia, que faziam parte do teatro, que contribuíam ativamente para aquilo que era a dinâmica pública da Freguesia e achava, enquanto Freguesia, que não custava nada ter uma cota para pessoas que apesar de não viverem no bairro participavam nas atividades, contribuíam com a sua ação para a Freguesia.-----

----- Se fossem ver o próximo passeio que iam fazer a Fátima, uma das coisas que tinham previsto era mesmo isso, ter pessoas que faziam parte das atividades da Junta de Freguesia e que podiam candidatar com um preço superior, ou seja, não pagavam o mesmo que um residente, pagavam um bocadinho mais, mas obviamente tinham que ter pelo menos uma cota e era o que tinham nesse passeio a Fátima, que era uma cota específica para pessoas que não faziam parte da Freguesia e participavam em passeios.

----- Para além disso, apesar de ser uma coisa que tinham que estudar eventualmente para o futuro, também tinham muitas pessoas que infelizmente foram forçadas a sair da Freguesia. Foram forçadas, viviam muitas vezes fora do bairro, mas continuavam a ir muitas vezes ter ali com a sua comunidade. Portanto, nesses casos não estava propriamente definido, mas eventualmente se existissem vagas, porque isso evidentemente era sempre uma questão de prioridade, primeiro os residentes, mas se existissem vagas para pessoas que de alguma forma tinham um contato e uma conexão com a Freguesia, enquanto Junta não tinham porque não o fazer.-----

----- Aliás, uma das coisas que queriam até fazer, que era um bocadinho diferente, mas que também ia em encontro, era em zonas limítrofes fazer até com Freguesias vizinhas um protocolo que permitisse, por exemplo, uma vizinha que vivia, e tinham casos desses, pessoas que viviam numa rua em que uma porta era São Vicente e na porta seguinte era Santa Maria Maior e essa pessoa dava-se com as pessoas de São Vicente. Não eram residentes, mas eram pessoas que viviam todo o bairro ali, que iam à Graça, faziam essas coisas todas e fazia sentido até ter protocolos com as Freguesias no sentido de haver cotas específicas também para esses casos em concreto.-----

----- Portanto, o que queriam era realmente ter critérios claros e era por isso que esse regulamento ia ser aprovado. Podiam falar e até dizer quais eram os critérios em concreto dos passeios, mas achava que não podiam esquecer que havia muita gente que podia não viver no bairro e que também dava o seu contributo.-----

----- Felizmente ainda continuavam a ter bairrismo, isso era muito bom, mas como era muito bom também tinha as coisas más, de repente criavam-se histórias e fofocas que essa parte dispensava, porque muitas vezes muitas das coisas que se diziam também não eram verdade.-----

----- A questão da piscina, também foi uma das primeiras coisas que fizeram quando entraram na Junta, foi realmente falar com o Vereador que tinha a questão financeira, nesse caso era o Vereador Gonçalo Reis, falar da questão das piscinas. Eles fizeram uma primeira visita técnica às instalações, nessa visita técnica às instalações da piscina foi dito que seria eventualmente necessário ir uma outra equipa da Câmara para ver a questão mecânica, porque era uma piscina que já não estava a funcionar há três anos e, portanto, tinham que perceber se não seria necessário orçamentar ainda mais para se fazer face a toda a parte mecânica que depois de três anos, como deviam calcular, uma piscina que não funcionava também tinha esses problemas.-----

----- Portanto, a Câmara estava ciente disso. Esse processo estava muito baralhado, na perspetiva em que a Junta durante muito tempo contratou projetista, mas depois a

empreitada era da Câmara e, portanto, eles acordaram voltar a rever o processo todo, tentar pensar numa solução que fizesse sentido para todos, mas não estava esquecido e iam continuar a fazer o papel, que era em construção com a Câmara colaborar e conseguir que tivessem a piscina o mais rápido possível. -----

----- Relativamente ao Senhor Hugo Cruz, achava que a posição da Junta tinha vindo a ser bastante pública, já falaram publicamente sobre ela. Mais uma vez sabiam que o turismo tinha que ser sustentável e a turistificação da cidade nesse momento e como estava, sem que houvesse um equilíbrio em equipamentos culturais e equipamentos para a Freguesia, era impossível continuarem. -----

----- Sempre disseram e continuavam a dizer que não havia nenhum receio em avançar com qualquer instrumento que fosse necessário fazê-lo, desde que conseguissem fazer a avaliação correta desse incumprimento contratual, que era uma coisa que já falaram com o Ministério das Finanças e já enviaram um e-mail à Estamo, que disse que estava a avaliar e pediu-se documentação, porque percebiam de que lado estava realmente o incumprimento. Portanto, estavam à espera também com o prazo da Estamo para dar toda a documentação legal sobre o processo para conseguirem avaliar. Sabiam que o Governo já emitiu um parecer técnico para analisar a questão, a questão estava na ordem do dia e enquanto Junta não tinham nenhum prurido em avançar para qualquer via que fosse necessário depois de uma análise séria e que fizesse sentido conseguirem tirar o melhor possível da situação. -----

----- Era isso que queria dizer, não iriam ficar passivamente a aguardar, iriam sim fazer uma procura construtiva no processo e se percebessem que não havia outras formas, nenhuma das vias estava excluída e eventualmente em breve, se não tivessem respostas, poderia ser isso que ia acontecer. -----

----- Relativamente ao Jardim da Cerca, tinham um problema de saúde pública no Jardim da Cerca, saúde pública que era necessária uma resposta social também naquele caso em concreto. O Jardim da Cerca não era gestão da Junta, era gestão da Câmara, mas o que já solicitaram à Câmara era que o Jardim da Cerca fosse gestão da Junta. Ou seja, queriam que houvesse essa descentralização do jardim para a Junta. Acreditavam que a descentralização nesses casos em concreto era importante e no caso iam apresentar um projeto, ainda não estava fechado, que incluía o Crescer ou o NPISA e também associações culturais para que conseguissem ter no Jardim da Cerca, para além da parte do jardim, uma parte que desse resposta a um problema que também tinham no jardim, um problema social, que fazia sentido haver uma visão holística de toda essa questão.

----- A questão da porta estar fechada ou não, podiam falar com a Câmara, mas era gestão camarária, portanto tinham limitações, mas queriam dentro em breve poder gerir o jardim, se a Câmara assim o permitisse. -----

----- Relativamente aos Santos Populares, achava que não havia muito a dizer, os Santos Populares definiam a Cidade de Lisboa, definiam o bairro, uma marca identitária daquilo que eram. Portanto, para si não havia muito a dizer relativamente a isso, não se ia pronunciar relativamente a questões judiciais ou não, o que podiam garantir era que evidentemente tinham receio que essas questões pudessem ter implicações, não só nesse arraial, mas em vários arraiais. Iriam defender o máximo possível, para que se alguma coisa e algum mecanismo legal fosse intentado poderem garantir e dar continuidade ao arraial, que tinha sido um sucesso ao longo dos anos. -----

----- Se não fosse um sucesso não havia tanta procura para um arraial desses, que felizmente tinham conseguido, com mais custos às vezes, com menos custos outras vezes, fazer com que o arraial estivesse em segurança, com limpeza 24 horas, com famílias que iam ao arraial e quando as famílias estavam no arraial era porque se sentiam seguras. Portanto, achava que isso era prova de que o arraial corria bem. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse, em resposta à Assembleia da Graça, que lhes foi pedida uma posição formal relativamente à questão do Quartel da Graça, dizer que desde o minuto zero que o problema se levantou o PCP sempre teve a mesma postura e sempre a mesma posição. Da mesma maneira que tiveram a mesma posição em relação ao Hospital da Marinha, à prisão das Mónicas, a tudo que fosse património público, que depois seria entregue aos privados e que não seria para usufruto da população. Portanto, essa era a posição do PCP em relação a esse assunto. -----

----- Relativamente aos arraiais, os arraiais faziam parte ali da tradição, da vida, do dia-a-dia e achava que teria que haver um equilíbrio e que tinham de encontrar soluções. Tinha vindo a melhorar a segurança e a limpeza e achava que o arraial fazia comichão a muita gente. Não podiam estar mais de acordo com as pessoas que ali o iam defender e estavam solidários, que viessem os arraiais e as festas da cidade. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que não percebia a razão de se ter dado a palavra a um dos Membros da Assembleia antes de sequer resolverem ali algumas questões a montante. Aliás, isso devia ter sido logo suscitado antes das intervenções do público, mas não podia deixar passar isso em claro. Portanto, queria questionar a Senhora Presidente sobre a ausência naquela bancada do Membro do Executivo, queria saber por que razão havia um Membro do Executivo que não estava presente na sala e se recebeu desse Membro do Executivo alguma comunicação que se esqueceu, por lapso, dali apresentar e ler na Assembleia. Essa era uma questão prévia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não se tinha esquecido de partilhar um documento com a Assembleia. Nesse momento estavam a responder às intervenções do público, mas sendo um momento prévio podia ter colocado no início. -----

----- Tinha recebido uma renúncia como Membro da Assembleia. A renúncia ao Executivo não lhe era dirigida, não era da sua competência aceitá-la e, de acordo com a legislação, a Vogal permanecia em funções até ser eleito um novo Vogal. -----

----- Não havia ainda uma comunicação formal a fazer à Assembleia no sentido de haver uma eleição do novo Membro do Executivo, porque ele permanecia em funções até haver essa eleição. Não tendo havido um aditamento à ordem nem intenção... Aliás, houve esse pedido por parte do Executivo, mas não cumpria já com o prazo para haver o aditamento, porque eram dois dias, de acordo com o Regimento, que teria que fazer esse aditamento. Portanto, não era possível, a não ser que houvesse depois essa proposta e fosse considerada urgente por parte da Assembleia, não cabia nessa reunião discutir esse ponto. Foi por esse motivo que não foi comunicada a renúncia, a renúncia ao Executivo era apresentada ao Presidente do Executivo. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que era ao Executivo, naturalmente, mas também foi apresentado à Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- Gostava de saber se a Senhora Presidente podia ler esse pedido de renúncia à Assembleia, porque a Senhora tinha nome, chamava-se Patrícia Leal e renunciou a ser Membro do Executivo da Junta de Freguesia de São Vicente. Portanto, tanto os Membros eleitos dessa Assembleia como as pessoas que ali estavam, os cidadãos, tinham direito de saber as razões invocadas pela eleita Patrícia Leal para ter renunciado a poucos meses do início do mandato ao seu lugar no Executivo dessa Junta de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que a renúncia seria lida no momento em que houvesse eleição de novo Vogal. Permanecia em funções e lamentava, mas não estava inserido no ponto de ordem de trabalhos e não iria ler um documento. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que discordava desse procedimento e iria apresentar queixa contra ele. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que quando iam para uma Assembleia tinham que saber o Regimento e a Lei e não dizia que a Junta de Freguesia tinha que estar

toda presente. Nem sequer a Presidente precisava estar presente, tinha que indicar alguém da Junta de Freguesia que iria estar e podia estar apenas um. Às vezes as pessoas iam para ali com uma sabedoria que não tinham tanto como parecia.-----

----- Depois, era à Senhora Presidente que competia a perda de mandato, nesse caso da pessoa que saiu da Junta de Freguesia, porque ela ao pedir perda de mandato, naturalmente nunca poderia ficar na Junta de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que pediu a renúncia ao Executivo e também à Assembleia, porque poderia permanecer na Assembleia e esse seria o ponto que lhe iria... -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que não necessitavam, na sua opinião, estar a arrastar essas questões de procedimentos, porque senão isso emperrava ali em cima da mesa, se era mais virgula ou mais para cá, virgula mais para lá e não avançavam com o que era necessário avançar. -----

----- Como ainda agora a Michele dizia, estavam muito preocupados com muitas coisas que passavam na Freguesia e essa que tinha a ver com o arraial dos Santos Populares era uma preocupação muito grande e não apenas dos comerciantes. Os moradores de São Vicente iam ao arraial também. Portanto, era uma coisa da população de São Vicente.

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que também defenderiam sempre a realização dos arraiais, como era óbvio. Era algo desejado pela população da Freguesia e da cidade em geral.-----

----- Lembraava que nos anteriores mandatos apresentaram propostas de melhoria, fosse conciliação dos horários, fosse no aumento dos espaços de casas de banho, apenas para dar dois exemplos. -----

----- Em relação à intervenção sobre a Assembleia em defesa do quartel, o Bloco de Esquerda obviamente sempre foi contra a alienação de imóveis do Estado, fosse a venda ou a concessão e ainda mais quando se tratava de um hotel. Eram obviamente contra o excesso de turismo que já existia em Lisboa e podia adiantar que o gabinete da Vereadora do Bloco de Esquerda na Câmara de Lisboa entregou já um requerimento e uma moção para serem discutidos na próxima reunião de Câmara. -----

----- O requerimento chamava-se “Sobre o incumprimento da concessão do Quartel da Graça e o pagamento de contrapartidas financeiras ao Estado”. Não ia agora ter tempo para ler o documento todo, mas podia facultar se lhe dessem o contato. Portanto, queriam saber o que a Câmara estava a fazer, qual a informação que a Câmara tinha na sua posse sobre o cumprimento ou não do contrato e o que podia vir a fazer em relação ao mesmo.

----- Entregaram também uma pergunta ao Ministério da Economia para saber qual era a situação do contrato, saber porque o Estado ainda não acionou nenhuma cláusula para defender que o contrato fosse cumprido por parte do grupo privado e, portanto, estavam a acompanhar o assunto e a questionar as entidades públicas que não estavam a atuar.

----- Obviamente, já se percebeu que o Governo não tinha interesse nenhum em atuar e a Câmara de Lisboa idem, mas continuariam a fazer o que estivesse dentro das possibilidades para pressionar essas entidades e, obviamente, estariam solidários também com a atuação da Junta de Freguesia, que estava a estudar também possibilidades jurídicas em relação a essa matéria. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que uma vez que a Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia não se pronunciava e, portanto, não lia a declaração que foi enviada pelo Membro da Assembleia de Freguesia... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que agradecia que respondesse às intervenções do público, era esse o ponto em que estavam. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que não era a Senhora Presidente que determinava isso. Essa questão até devia ter sido prévia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que nesse momento nem haveria direito à intervenção por parte dos Membros da Assembleia a não ser para defesa da honra. Como estava muito público e foram interpelados para responder a questões concretas, considerara que essa regra não faria sentido nessa situação porque o público foi ali para os ouvir. Não era o momento para falar dessas questões. Estavam no momento da intervenção do público.-----

----- Portanto, agradecia que respondesse se tinha algum comentário a fazer à intervenção do público. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tinha comentários a fazer relativamente ao que foi dito, mas havia ali uma questão prévia que achava que era importante que tivesse logo de início a Senhora Presidente informado à Assembleia e não o fez. Agiu de forma incorreta. -----

----- Relativamente às questões que foram ali suscitadas tinha a dizer que em relação à intervenção da residente, pensava que era residente da Freguesia Catarina Rodrigues, que já não estava, a mãe da criança com necessidades especiais que precisava da terapia da fala e que estava, pelos vistos, há meses sem esse apoio, achava que era fundamental que a Junta de Freguesia tratasse de resolver essa situação o mais depressa possível porque com essas coisas não se brincava. Eram necessidades especiais e a partir do momento em que a Junta de Freguesia disponibilizava às pessoas esse apoio, naturalmente criava expectativas que deviam ser depois cumpridas e não haver sistematicamente falhas que impediam esse tipo de apoio, porque as pessoas contavam com eles, se recorriam a eles era porque necessitavam, e, portanto, deviam ser prestados. -----

----- Relativamente à intervenção da Rosa Gomes, de facto colocava ali questões importantes, nomeadamente a questão das piscinas, que já tinha colocado na última Assembleia. Aliás, na primeira Assembleia tinha colocado imediatamente essa questão e, portanto, era muito claro em relação a isso. -----

----- Essa era uma das principais promessas eleitorais do atual Executivo. Havia vídeos, havia documentação amiúde sobre essa matéria e, portanto, sobre isso a Junta de Freguesia não prestava contas. Via na informação do Presidente que tinha reunido com o Vereador da habitação para resolver esse problema, mas o facto era que não havia dados concretos relativamente a essa matéria. Qual era o ponto de situação relativamente à questão da piscina? Havia um projeto que tinha sido apresentado por parte de um projetista. Mas esse projeto...-----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que questão da piscina era a que tinha levantado mais relevante.

----- Em relação à questão do Senhor Hugo sobre o Quartel da Graça, colocou ali duas questões muito concretas, se concordava que o espaço do antigo Quartel da Graça fosse ocupado por um hotel e quais as medidas que se deviam tomar no sentido de impedir essa utilização. E também um outro, depois colocou uma terceira, em relação à questão do estacionamento na Damasceno Monteiro. -----

----- Tinha consultado o processo há mais de um ano do quartel, da construção do hotel na Graça. Consultara na Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, tinha o processo na sua posse ainda antes de ter responsabilidades ali como Membro eleito da Assembleia, porque achava que de facto essa era uma matéria importante. Aquilo era um edifício estruturante da Freguesia e, portanto, naturalmente preocupava a utilização daquele edifício que esteve durante muito tempo completamente abandonado. Era um equipamento que necessitava de ser revitalizado. -----

----- Era bom recordar que aquele equipamento foi intervencionado ao abrigo do programa Revive, que era um programa que foi assinado, era na altura Primeiro-Ministro António Costa e era Presidente da Câmara de Lisboa Fernando Medina. Foi no âmbito

desse programa que aquele equipamento foi destinado àquele fim. Houve um concurso público, houve vários concorrentes, depois houve uma primeira decisão, ainda no tempo da gestão de Fernando Medina e depois, quando entrou Carlos Moedas, essa questão era revista, o concurso era revisto. Nessa altura foi formalmente adjudicado ao Grupo SANA, o hotel. Era um equipamento que há muito tempo estava previsto, tanto do lado do Governo como do lado da Câmara, para ter aquele fim. -----

----- Sempre tinha defendido isso, achava que os equipamentos públicos deviam ter ocupações que valorizassem, no fundo, as necessidades da comunidade. Por isso, durante a campanha eleitoral apresentara um projeto para a transformação do Quartel de Sapadores num grande centro comunitário, num centro cultural, num centro de animação, porque era absolutamente fundamental um equipamento âncora com essas características na Freguesia. -----

----- Relativamente ao Quartel da Graça, o problema era uma questão do funcionamento do Estado de Direito. Se foram efetivamente cometidas ilegalidades, se o processo de concessão estava ferido de alguma nulidade, pois então devia-se aplicar a Lei. Se houvesse matéria para reverter a concessão, isso naturalmente devia ser feito. -----

----- As entidades que geriam esse processo, nomeadamente o Estado e em concreto a Estamo, deviam pugnar para que a Lei se cumprisse. Agora, se de facto o processo estivesse blindado, haver direitos adquiridos que eram irreversíveis, infelizmente já não haveria muito a fazer. Achava que se começou a pensar nesse assunto muito tardiamente, achava que era muito mais importante que se tivesse começado a tratar desse tema mesmo em tempo útil. Por isso achava que agora, se quisessem mesmo um equipamento estruturante para a Freguesia, era importante pensar no Quartel de Sapadores, para que o Quartel de Sapadores não tivesse o mesmo destino que teve o Quartel da Graça e que não fosse entregue, mais uma vez, à especulação imobiliária. -----

----- A mesma coisa relativamente ao património devoluto que existia na Freguesia e que era propriedade do Estado e que estava ao abandono, estava a cair. Isso, de facto, devia ser alocado à habitação de custos controlados e de renda acessível para a classe média e para os jovens. -----

----- Em relação aos arraiais, ficava muito contente de estarem ali as pessoas dos arraiais e queria dizer que ninguém ali estava contra o arraial da Graça. Portanto, ninguém e não havia nenhum texto de nenhuma providência cautelar ou potativa providência cautelar que estivesse a circular e a dizer que era contra o arraial da Graça e que ele não devia existir. De certeza absoluta que não era isso que estava em lado nenhum. -----

----- O que se pretendia, e disse isso claramente na campanha eleitoral, era que o arraial da Graça se fizesse em moldes diferentes. Desde logo a principal questão era mesmo o modelo de gestão. O modelo de gestão do arraial da Graça era um hino à opacidade, era absolutamente obscura a forma como se fazia a organização do arraial. Dava-se a organização do arraial a uma empresa privada que tinha a gestão de todo o arraial, uma empresa que não prestava contas e uma empresa que, inclusivamente, impunha condições leoninas às pessoas que estavam no arraial, que tinham que cumprir forçosamente. Isso era uma vergonha e, portanto, era uma falha de mercado. -----

----- Nomeadamente só podiam vender determinada marca de cerveja, só podiam vender aquela cerveja àquele determinado preço. Portanto, isso significava uma falha de mercado, porque ainda para mais, se a Freguesia tivesse contrapartidas, mas não tinha. Em vez da Junta de Freguesia receber pela empresa que concessionava um montante, o que seria normal, 200, 300 mil euros, 400 mil euros, era a Junta de Freguesia que ainda pagava, que ainda pagava imensas despesas relacionadas com os arraiais, nomeadamente a segurança, a limpeza e outras coisas. -----

----- Isso significava para a Freguesia, algo que devia ser uma fonte de receita e de rendimento para a Freguesia era um negócio ruinoso para a Freguesia... -----  
 ----- (diálogos cruzados) -----  
 ----- Continuando, disse que o que propunham era repensar o modelo de gestão. Por que razão a Junta de Freguesia não assumia a organização e precisava de concessionar a uma empresa? Porque não criou uma comissão, conjuntamente com as coletividades, com os comerciantes da Freguesia, que nesse momento até estavam organizados, estava a ser formada uma associação de comerciantes. Porque não era constituída uma comissão da responsabilidade da Junta de Freguesia para organizar os arraiais? Porque tinha que ir uma empresa? -----  
 ----- (diálogos cruzados) -----  
 ----- Continuando, explicou que o que estava a dizer era que precisava de outro modelo de gestão. Ninguém queria acabar com os arraiais... -----  
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu ordem na sala. Não estava a ser possível haver esclarecimento e estava a haver um debate que não era suposto. -----  
 ----- (diálogos cruzados) -----  
 ----- Continuando, disse que teria que interromper a sessão. A sessão ficava interrompida até que houvesse ordem na sala. -----  
 ----- (neste momento foi por instantes interrompida a reunião) -----  
 ----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que quando iniciaram o mandato tinha feito uma solicitação à Mesa e parecia que estava a adivinhar. Deviam criar condições bem melhores para ter uma Assembleia de Freguesia participativa e, infelizmente, por esse motivo que já perceberam, pelos arraiais, tinham ali imensas pessoas e não tinham as mínimas condições para as ter. Havia muita gente em pé e voltava a refutar a ideia que achava que era importante terem um sítio condigno onde as pessoas pudessem estar todas sentadas e pudessem estar a falar, porque estavam a falar de uma Freguesia já com alguma dimensão e que não merecia isso. -----  
 ----- Em segundo lugar, obviamente que como eleitos do PSD não passava pela cabeça de ninguém terminar com os arraiais de São Vicente. Podiam pensá-los, podiam reestruturá-los. Há cerca de dois meses estiveram sentados com a Junta a falar do tema, solicitados pela Junta de Freguesia e a dar o parecer sobre os arraiais. -----  
 ----- Em relação a esse tema, disse e voltava a referir porque o disse no meio dessa confusão toda, o eleito ali de “Em frente São Vicente” só tinha que ser honesto. Na política não valia tudo e a honestidade estava acima de qualquer coisa. Aquilo que tinham que fazer era ser honestos, diretos e objetivos. -----  
 ----- As pessoas foram ali apenas fazer uma pergunta à qual também não tiveram resposta, tiveram uma resposta enviesada, mas para pessoas inteligentes que acreditava que todos fossem, todos percebiam o que iria acontecer. -----  
 ----- Da parte do PSD podiam ter a certeza que estariam sempre desse lado, estariam sempre a apoiar as pessoas e a Freguesia de São Vicente, porque os arraiais efetivamente não podiam terminar. -----  
 ----- A segunda pergunta que foi feita em relação ao Quartel da Graça, o Daniel fez ali uma introdução e iria fazê-la muito rápida para não perder muito tempo. Efetivamente, o quartel foi adjudicado e tratado numa altura de uma governação socialista e espantava também um pouco ter visto um vídeo do André com grande indignação a dizer que ia lutar para que fosse revertido, mas o André estava na Junta na altura. -----  
 ----- Respondendo a um aparte, disse que não estava, mas era Presidente de Mesa. -----  
 ----- Se lhe perguntassem o que teria que ser o Quartel da Graça, por si podia ser um hotel como podia ser outra coisa qualquer. A realidade era que ele tinha que ser reestruturado e aí fossem objetivos, porque isso de falar de teoricamente que iam bloquear o Quartel

da Graça, não queriam que fosse um hotel, então pensassem o que desejavam para lá. Que capacidade tinha a Junta de Freguesia para fazer lá alguma coisa? Nada. Se o Estado ia lá fazer alguma coisa e se tinha capacidade para absorver aquilo? Não tinha. Quem iria fazer? Iam ficar com o quartel fechado novamente durante mais não sabia quantos anos? ----- Achava que isso era uma discussão que poderiam ter, que estavam disponíveis para o fazer com todas as associações, com a Junta, fosse com quem fosse. A realidade era que achava que não iriam ter capacidade tendo em conta o grupo que era e tendo em conta tudo aquilo que se passava. Estavam a falar do SANA, não estavam a falar de alguma associação. Estavam a falar de um grupo muito pesado e acreditava que por mais que trabalhassem para isso iria ser extremamente difícil. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que a Iniciativa Liberal era a favor da iniciativa privada, como sabiam. Claro que eram a favor e iam defender os arraiais. Mesmo que houvesse nesse momento a necessidade de se reformar o que quer que fosse, já se devia ter pensado nisso há mais tempo. Nesse momento estavam a um mês das coisas, não se podiam pagar indemnizações a quem os contratos já estavam realizados. Estavam muito perto da realização. -----

----- O próximo modelo de gestão podia ser negociado, veriam depois, mas nessa fase achava que não havia volta a dar. Era a favor dos arraiais, não era de Lisboa, mas morava ali na Graça e era um que ia aos arraiais, ia com a família, eram seguros. Na Iniciativa Liberal fariam o que fosse possível também para defender a realização dos arraiais. ---

----- Sobre os investimentos, iriam dizer sempre que eram a favor do capitalismo, a favor do Grupo SANA. Era pessoalmente amigo do dono do Grupo SANA, de qualquer maneira defendia a participação. -----

----- Havia capacidade para fazerem alguma coisa lá ou não? O que já foi feito? Foi o Governo PS que já fez uma concessão. Como é que iam rescindir uma concessão? Era possível? Sabiam qual era a indemnização que o Grupo SANA iria receber no caso de não se conseguir o cumprimento? -----

----- A orientação do Turismo de Portugal e do Governo Português, por acaso participava com o Turismo de Portugal e com o Turismo de Lisboa, estavam a falar de 22 milhões de turistas que estavam a entrar em Portugal, dos quais eram quase todos em Lisboa. A orientação da política atual era descentralizar dos centros. Ou seja, o que estavam a fazer? Estavam a tentar que o turismo não estivesse ali na Graça só, mas que fosse para Loures, que fosse para Vila Franca de Xira, que fosse para o Seixal, que fosse para Odivelas. Era o que se estava a tentar, essa era a orientação. -----

----- Evidentemente que a Iniciativa Liberal via com muito bons olhos que esse equipamento pudesse ser afeto, mas a um projeto sustentável. Ou seja, tinha que estar em cima da mesa um projeto sustentável, receitas, proveitos. Quem é que ia pegar nisso? Era a Câmara? Era a autarquia? Iam ficar com tudo parado outra vez? Quem ia entrar com isso? Havia fundos? Havia fundos comunitários? Havia fundos públicos? O que foi feito? Estava parado. -----

----- Porque o SANA avançou primeiro? Porque nada mais avançou? Ninguém fez nada. Ou seja, nesse momento a Iniciativa Liberal era a favor de que essas infraestruturas públicas não estivessem paradas, mas tinha que haver um projeto concreto. -----

----- **Membro João da Silva (Chega)** disse que relativamente às duas questões que estavam em cima da mesa, marchas populares e arraiais faziam parte do mesmo evento das festividades de Santo António e das outras demais. Pela parte do Chega podiam todos contar com uma coisa, estavam a favor dos arraiais. -----

----- Como morador de São Vicente, que se orgulhava muito, sempre defendera a realização desses arraiais. Era parte da cultura da Freguesia, era parte da cultura popular e nesse preciso momento estarem a agarrar a formalidades para impedir um processo

dessa dinâmica ia levar, obviamente, problemas, mais que não fosse pela inconstância que criava junto dos comerciantes que se dedicavam a essas tarefas. Estavam ali para ganhar o seu dinheiro e para terem também o seu período de rendimento. Não podia ser dinheiro deitado fora, as pessoas investiram muito no arraial e, portanto, tinham todo o direito de fazer expectativas em relação a ele. -----

----- Era isso que defendia. Se tivessem que fazer acertos no futuro fariam, mas cirurgicamente e a tempo, não era a um mês da realização. -----

----- Relativamente à questão do Quartel da Graça e do Hotel SANA, o incumprimento efetivamente já existia, era público e notório. Agora restava saber e esses dados não tinha, apesar das palavras do Presidente do Executivo o terem tranquilizado, de que estava a solicitar informações sobre essa questão, gostaria de saber por exemplo quais eram as contrapartidas dessa concessão. -----

----- Se estivessem a falar exclusivamente de um hotel, poderia levar problemas graves em termos de criar junto da Freguesia uma pressão enorme. Se estivessem a falar de uma concessão que passasse também por equipamentos sociais como contrapartida da concessão, da construção obrigatória para o hotel... não tinha? Então, se não tinha era pena e deviam estar a pensar em renegociar a concessão. -----

----- Era partidário de que o hotel podia perfeitamente coexistir com outras estruturas habitacionais, com outras estruturas de jardinamento e de equipamentos sociais. Tinha era que se passar a responsabilidade dessa construção para quem ali tinha a mais valia económica, que era sempre o SANA. Era só o que gostaria de dizer. -----

----- **Membro Isabel Miranda (PS)** disse que arraiais de São Vicente e Santos Populares faziam parte da Cidade de Lisboa, achava que fazia parte da vida de todos. Para si, que vivia na Graça há 54 anos, crescera com eles. Portanto, não sabia o que se estava a passar nem porque alguém se lembrou nesse preciso momento, a um ou dois meses disso começar, de dizer que não estava bem. Havia arraiais por toda a Cidade de Lisboa. ----

----- Todos cresceram com o mês dos santos, as marchas, tudo isso. Portanto, seria impensável nesse momento e ao fim de doze anos. O arraial cresceu e muito, não dava para crescer muito mais, realmente havia coisas a ajustar, mas estava ótimo, estava perfeito e achava que para todos e não só para as pessoas que trabalhavam, assim como para as famílias, pela segurança que o arraial ia tendo e tinha crescido ao longo desses quase doze anos. -----

----- Da parte do PS tudo se fazia para que o arraial se mantivesse e que as coisas continuassem exatamente como estavam. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 1**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que antes das moções tinham questões do dia-a-dia, do interesse da população, que gostariam de colocar. Já ouviram algumas respostas, nomeadamente em relação à questão da piscina, que era uma grande preocupação, como um equipamento municipal sob a gestão da Junta continuava encerrado. -----

----- Relembrava que denunciaram precisamente essa questão do empurra para aqui, empurra para ali de responsabilidades e o que assistiam era que, passados seis meses, ainda não havia uma resposta séria em relação a tempos de manter aquele equipamento que era da máxima importância para os fregueses poderem usar. -----

----- Depois tinham questões relativamente à Justiniano Padrel, ao centro que ali estava para abrir. Tinham colocado várias questões relativamente à organização do trânsito e o Senhor Presidente ia ver com a Carris para servir a zona de Santa Engrácia. Uma reorganização de forma a servir aquela parte da população que não tinha qualquer transporte público, tanto as pessoas que iam para o Operário Futebol Clube de Lisboa,

para a escola e até para a Justiniano Padrel, que não tinha nenhum serviço de transporte público. -----

----- Gostariam de saber relativamente aos concursos, não foi a público nenhuma informação em relação a timings. Gostariam muito de perceber em que ponto de situação estavam os concursos. Continuavam a ter trabalhadores precários na Junta e isso era uma coisa que os incomodava muito. -----

----- Em relação às obras da suposta bilheteira do Panteão Nacional, aquela que estava a ser construída por baixo do recreio da escola, a Junta tinha conhecimento dessa construção? A Junta foi informada que iriam ter crianças que não podiam aceder a um recreio? -----

----- Isso não podia acontecer, as crianças da Freguesia não podiam ser impedidas de ter um recreio porque alguém se lembrava de construir uma bilheteira para uma vez mais servir o turismo. Tinha que haver um equilíbrio entre quem ali morava, quem trabalhava e quem visitava, mas quem morava tinha que ser sempre a prioridade e quem tomava essas decisões tinha que informar a Junta e tinham que obrigá-los a informar. -----

----- Não se ia cansar das obras em Sapadores, que danificaram também a escola. Tinham a escola fechada, as crianças realojadas fora da Freguesia. Era perigoso para quem passava em Sapadores contornar aquele tapume, porque as pessoas não atravessavam o passeio para contornar a obra, contornavam o tapume e um dia haveria ali uma desgraça. Depois era perceber quando essa obra ia terminar e quando começava a parte do privado a recuperar aquilo que estragou, porque danificaram uma escola que deixou de estar ao serviço da população, passaram meses e não sabiam quando iria abrir e quando as crianças voltariam a ter uma escola. -----

----- O projeto do Vale de Santo António, um projeto da máxima importância para a Freguesia, as questões da habitação pública, habitação acessível. Havia uns vídeos maravilhosos do que seria aquele projeto, mas a verdade era que continuavam lá as pedras e as catarpilas e a obra não avançava. Portanto, saber se o Senhor Presidente, que era quem os representava lá fora, teria alguma informação em relação a isso. -----

----- Dava os parabéns à Academia Recreativa Leais Amigos, que completava nesse dia 111 anos e não podia deixar de dar os parabéns porque o movimento associativo resistia e tinham bons dirigentes associativos na Freguesia, com muita vontade de trabalhar. Assim também o poder político os ajudasse. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente à piscina tinha informado, mas continiaria a dizer porque não havia nenhuma questão do empurra. Era importante saber realmente o que se passava. -----

----- A obra da piscina começou por uma necessidade de requalificação da parte do telhado. Ainda não estava no Executivo, mas essa obra de 400 mil euros não avançou porque a Câmara Municipal de Lisboa disse que era uma obra estrutural e bem. Portanto, a competência era da CML. Nesse sentido houve necessidade que a requalificação fosse feita pela Câmara. No entanto, na altura, entre o orçamento do desporto e o orçamento na altura da vereação que tinha as infraestruturas não se entrou em acordo de onde sairia realmente a verba financeira. -----

----- Em que parte a Junta entrava no processo? Na altura a Junta, quando começou o processo, que havia um contrato de delegação de competências para ser a Junta a fazer a requalificação, tinha um projetista e a Junta continuou a ter esse projetista, de forma a ajudar a facilitar a questão da obra e a facilitar a que o processo fosse escoreito. Não aconteceu. A obra estava do lado da Câmara em termos de verbas. -----

----- Evidentemente que passado o tempo que passou já não eram 400 mil euros, provavelmente já nem era sequer um milhão, provavelmente estavam a falar de muito mais dinheiro, mas não havia um “empurra”, era uma questão estrutural. -----

----- A Junta, primeiro, não tinha meios financeiros e mesmo se tivesse os meios financeiros a Câmara já disse que era uma obra estrutural, portanto era uma obra da Câmara. O que tinham feito era solicitar informação, reunir com a Câmara, pressionar, perceber o que a Câmara pretendia fazer. -----

----- Sabia que seis meses parecia muito tempo, mas seis meses para uma máquina como a Câmara Municipal de Lisboa, com 15 mil trabalhadores, com novos vereadores, era insignificante. Portanto, percebia que estavam à espera tanto tempo, parecia uma coisa absurda, mas acreditava que ainda nesse tempo era um tempo razoável para continuarem a pressionar formalmente e a fazer aquilo que a Junta tinha que fazer de trabalho institucional e com lealdade institucional com a Câmara. Depois de um certo tempo e depois de uma certa fase, aí sim podiam pensar se realmente havia ou não boa-fé. Até ao momento não podia dizer que não houvesse. -----

----- Já falaram sobre isso duas vezes, reunira com dois vereadores sobre a questão e, portanto, acreditava que do lado da Câmara, pelo menos até ao momento, não tinha nada a dizer que não havia vontade de tratar do processo. -----

----- Relativamente à questão da Justiniano Padrel, no dia seguinte ia estar presente na Assembleia Municipal com uma recomendação que foi elaborada pelo Grupo Municipal do PS, mais especificamente por si, tinha elaborado essa recomendação que ia ser votada na Assembleia Municipal e que iria ter uma intervenção sobre a Justiniano Padrel. ----

----- A questão da Justiniano Padrel, na visão da Junta era muito simples. Estavam a falar de uma rua sem saída, estavam a falar de uma garagem municipal, de um prédio municipal, uma zona que tinha claramente necessidades de respostas estruturais a nível social, que tinha problemas graves de tudo, de iluminação, de reestruturação até do próprio talude que estava ali ao lado, que já houve terras que caíram, de estacionamento que felizmente nesse dia foi feita uma intervenção, de tudo e mais alguma coisa, de uma rua que estava fechada e que deveria ter sido aberta há muito tempo. -----

----- A resposta social que a Câmara queria dar era uma resposta social de camas quentes e na perspectiva da Junta uma resposta de centro de acolhimento nesse âmbito a única coisa que ia criar era pessoas que eventualmente iriam ficar de dia aos arredores da Justiniano Padrel para à noite conseguirem guardar o lugar no centro de acolhimento.-

----- Se não houvesse realmente uma resposta estruturada e estrutural e de integração, mas na primeira fase era necessário ter sido feito um diagnóstico socioeconómico daquela população. Estavam a falar de uma população de um bairro social com grandes necessidades, carências, dependências, desemprego e se tivesse sido feito esse diagnóstico socioeconómico eventualmente poderiam ter ali um outro tipo de resposta social por parte da Câmara, que passaria eventualmente por conseguir fazer uma coisa integrada com os prédios municipais, com as pessoas dos prédios municipais, com um equipamento que realmente respondesse de fundo a essas questões sociais e não a essa coisa de cama quente. -----

----- Na sua perspectiva não estavam a responder a nada. Pura e simplesmente estavam a quase que esconder pessoas da cidade e a metê-las ali, a esconder pessoas para meter num sítio sem saída porque isso não respondia estruturalmente às questões com psicólogos, com um gabinete de formação, um gabinete de formação profissional que também respondesse ao próprio prédio municipal, uma creche que foi tão pedida. Porque o equipamento não podia ter também uma creche? Porque o equipamento não podia ter também outras funcionalidades? Portanto, eram tudo questões que levaria à Assembleia Municipal. -----

----- Já tinha falado com algumas das pessoas que viviam na Justiniano Padrel, estavam cientes das dificuldades que isso levava à Freguesia e da pressão maior que nesse bairro em concreto iria causar. Estavam completamente solidários com essa questão da

Justiniano Padrel na perspectiva de conseguir encontrar uma medida que fosse realmente justa e estrutural e que fizesse realmente a diferença e não apenas uma cama quente. --

----- Relativamente à reorganização do trânsito e do transporte na Justiniano Padrel, realmente falaram com a Carris, tiveram uma reunião bastante perfeita com a Carris e bastante honesta. Foi bastante honesta no sentido de dizer a Carris que nesse momento tinha uma falta de 250 recursos humanos para manter os autocarros na rua como estavam.

----- Não gostava dessa posição, de repente estava a defender, mas era verdade e achava que também tinham que ser honestos e transparentes e no caso da Carris eles foram muito honestos. Estavam a falar de uma situação que de momento não havia recursos humanos para manter os autocarros a funcionar como estavam e, portanto, eles lançaram um recrutamento de 250 trabalhadores. Tinham vários autocarros em fim de vida e teriam que replanear, foram muito honestos nisso. -----

----- Houve uma questão, que tiveram ali o corte da rua perto do Ferroviário, que o muro caiu e tinha ligado ao Presidente da Carris para falar da situação do 735 não poder descer a rua Washington. Havia pessoas que reclamavam porque não conseguiam, não tinham o transporte e realmente depois desse telefonema houve uma resposta, fez-se um reforço do 735 para responder a isso e a única coisa que podia dizer era que realmente havia pelo menos uma intenção de se fazer alguma coisa e isso era claro relativamente à Carris. -

----- Da parte da Junta de Freguesia o que estavam a fazer e o que iam fazer? Iam avançar com o porta-a-porta para suprir essa necessidade da Carris. Já tinham a carrinha, iriam dentro de semanas lançar um percurso que passaria por vários sítios, mas que teria evidentemente como principal foco Santa Engrácia, porque realmente Santa Engrácia precisava ter uma resposta a nível de transportes. Não era suficiente, mas era aquilo que a Junta conseguia fazer e se conseguissem fazer mais fariam mais com certeza durante esse mandato. -----

----- Relativamente aos concursos e o ponto de situação, os concursos estavam a avançar, iriam ter provas já na quarta-feira, daí a dois dias. Portanto, os concursos estavam a avançar. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que relativamente aos concursos de assistentes operacionais para a área da educação, ambiente urbano e intervenção social e saúde, tinham as provas de conhecimentos e práticas marcadas. As de conhecimentos para os operacionais da educação e do desporto estavam marcadas para essa quarta-feira dia 29, as provas práticas para a higiene urbana estavam marcadas para dias 14 e 15 de maio. Teve que se dividir em dois dias, uma vez que havia muitos candidatos e a avaliação psicológica do assistente operacional da intervenção social e saúde estava marcada para o dia 29 de abril. -----

----- Quanto à prova dos assistentes técnicos, que seria uma prova de conhecimentos, estavam só a aguardar resposta da Associação Portuguesa de Surdos, dado que existiam candidatos com algumas necessidades para efetuar a prova. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que muitas vezes se falava das promessas eleitorais, essa era uma das promessas e em seis meses estava a acontecer. Aceleraram os concursos, como tinham prometido na campanha eleitoral e estavam a avançar com isso. -----

----- Relativamente às obras da bilheteira, da bilhética no Panteão Nacional, a Junta não foi informada. Foi informada apenas da necessidade de se instalar um pequeno estaleiro lá fora, mas não sabiam porque aquilo era um prédio municipal e a Câmara também não tinha que informar. Faria sentido informar, mas aquilo era um espaço municipal e em termos de licenciamento não era que tivesse que informar. Sempre que havia uma obra na via pública a Junta maioritariamente dava um parecer que não era vinculativo, mas dava um parecer à Câmara dizendo que sim ou que não. Nesse caso em concreto foram

informados em cima que haveria então a necessidade desse estaleiro. Não disseram que era uma bilhética de 260 metros quadrados que ia entrar dentro da escola, isso não sabiam, mas também formalmente não havia necessidade desse parecer. -----

----- Aquilo que tinha respondido publicamente quando estive nos jornais e quando falara foi que realmente na sua perspectiva a Câmara deveria ter feito uma comunicação à comunidade escolar, deveria ter informado os pais, deveria ter falado com a escola e sobretudo no dia anterior ao protesto tinha ligado ao Vereador da educação Rodrigo Melo Gonçalves e ao Presidente da ATL sugerindo uma sessão pública de forma a que pelo menos dirimisse ou diminuísse algum do descontentamento. -----

----- Relativamente à Natália Correia, a questão e o ponto de situação era muito simples. A Proteção Civil fez um relatório que dizia que a escola não tinha risco de queda, que a escola nesse momento não estava em risco de ceder, mas aquilo que era visível por todos era que realmente a escola já estava degradada e degradou-se mais. -----

----- Foi feito pelo dono da obra algumas obras, pequenas reparações na escola, mas que o próprio diretor e a própria comunidade escolar consideravam que eram insuficientes relativamente àquilo que deveria ser. Portanto, se lhe perguntassem se os alunos podiam voltar para a escola, poder podiam, nesse momento não havia nada que os impedisse a voltar, mas a escola como estava claramente precisava de mais dignidade e nesse sentido tinha falado com o Vereador Vasco Moreira Rato, o Vereador que tinha a parte das instalações e que lhee disse uma coisa muito simples, que não ia haver requalificação da escola Natália Correia, o que iria haver era uma escola nova no projeto do Vale Santo António. -----

----- Eram opções, a Câmara tinha as opções que tinha, a Câmara já decidiu que ia fazer uma requalificação na escola, que era isso que seria necessário para a escola realmente ter condições. A Câmara queria já que os alunos voltassem para a escola, foi da parte da Junta enviado um e-mail a dizer que não achavam que deveria ser feita essa transferência na altura da Páscoa. Continuavam a considerar que era necessário o dono da obra assegurar, pelo menos, mais algumas melhorias na escola, mas de momento aquilo que a Câmara dizia era que a escola estava em condições para os alunos voltarem. -----

----- Sobre o Vale de Santo António, tinha feito uma intervenção na Assembleia Municipal dizendo que era necessário realmente que o projeto tivesse medidas estruturais, equipamentos culturais, equipamentos desportivos e que isso ficasse realmente definido no projeto. -----

----- Havia uma fase agora de terraplanagem do projeto do Vale Santo António, que lhe parecia que a Câmara disse que iria fazer ainda esse ano. Tirando isso, ainda não tinha mais informações. Haveria, eventualmente, uma comissão de acompanhamento com os Presidentes da Junta de São Vicente e da Penha de França. Aguardavam pela comissão de acompanhamento e por mais informações. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que a primeira pergunta tinha feito na última Assembleia e voltava a fazer, porque não tiveram conhecimento de alguma alteração. Queria saber se já foram distribuídos os pelouros pelos Membros do Executivo e qual foi essa distribuição. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que lhe agradava saber que a questão mais importante era relativamente à distribuição dos pelouros, queria dizer que pelo menos os outros temas do Executivo estavam a correr bem. -----

----- Relativamente aos pelouros, o mais importante era uma questão muito simples, a questão das delegações de competências. Enquanto Presidente de Junta já tinha a delegação das suas competências, a Junta já delegou essas competências e agora subdelegava as competências aos Membros eleitos e a subdelegação de competências também estava a ser tratada. Agora, a questão concreta era que o Presidente de Junta, em

rigor, tinha as competências e delegava as competências que considerava delegar e achava que essa questão, não via qual era o busilis, porque havia várias outras questões e a delegação de competências, essa sim era a mais importante, quais eram as competências que o Presidente tinha e quais eram as competências que subdelegava a cada Vogal da Freguesia. -----

----- Pelouros eram pelouros, sem competências delegadas com critérios específicos não eram nada, o que não faltavam eram exemplos na Cidade de Lisboa de vários Vogais. Era o pelouro da cidadania, inclusão, e depois quando iam ver não tinha gabinete, não tinha assessores ou trabalhadores alocados. Portanto, os pelouros eram uma coisa etérea, o que fazia sentido e realmente interessava eram as delegações de competências, porque eram essas que realmente definiam e eram essas o material de condução e gestão do Executivo. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse para o Senhor Presidente não levar a mal o que ia dizer, mas não fazia juízos de valor sobre as suas intervenções e agradecia que não fizesse das suas. Não tinha catalogado essa pergunta como a mais importante, apenas lhe fizera a primeira pergunta, que era a primeira vez que estava a intervir e o Senhor Presidente não tinha que fazer juízos de valor, se era mais importante para si ou não, ou para essa bancada. Cingisse a responder a até dizia mais, foi demasiado importante a pergunta, porque o Senhor numa frase tinha respondido à pergunta e esteve a fazer uma dissertação sobre os pelouros da Câmara Municipal e dos pelouros de inclusão, da Câmara ou de outro espaço qualquer. Numa frase dizia que os pelouros ainda não foram distribuídos, que eram seus e delegava as competências aos restantes Membros do Executivo. Pronto, estava esclarecido, não precisava mais do seu esclarecimento, se quisesse depois daria. -----

----- Outra pergunta, também muito clara e objetiva. Tinham concursos, como falou, de colaboradores a decorrer para 30 vagas e perguntava se lhe saberia dizer quantos candidatos tinham para suprir essas 30 vagas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que também queria dizer outra coisa relativamente à pergunta anterior, porque achava que isso era mesmo importante dizer. Como falara desde o início, a questão mais importante nesse momento na Junta de Freguesia era terem um organograma, uma orgânica e a Junta não tinha um organograma. Na sua perspetiva, aquilo que precisavam era organizar a casa e era uma coisa muito simples, não valia a pena estar a fazer grandes questões relativamente às pessoas quando nem sequer tinha o básico, que era realmente os trabalhadores distribuídos por áreas. Portanto, essa discussão nem sequer fazia sentido nessa perspetiva. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que eram aproximadamente 350 candidatos, com maior incidência nos assistentes técnicos, que tinha 137. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que ia só reforçar aquilo que o Presidente disse acerca do organograma, só para fazer um apontamento. Não lhe levasse a mal, mas achava pouquinho um Executivo que estava há seis meses a gerir a Junta de Freguesia, o seu Presidente e a sua equipa fizeram uma campanha durante um ano praticamente, tinham duas pessoas que já estiveram por dentro da Junta de Freguesia nos doze anos últimos, tinha duas pessoas que estiveram e conheciam a máquina por dentro, como ao fim de seis meses não tinham nada preparado em relação ao organograma e não tinham nada feito em relação a esse mesmo organograma que o Senhor Presidente acabou de dizer que tinha que criar. -----

----- Percebia que tinha que o criar, achava que tinha que o fazer, só achava estranho com o conhecimento que tinham, porque havia coisas que não podiam esquecer. O Partido Socialista geriu essa Junta de Freguesia durante doze anos e o Senhor Presidente, como a Vogal Érica, estiveram em Executivos. A Vogal Érica no Executivo anterior, no

mandato imediatamente anterior, e o Presidente enquanto Tesoureiro, até um período curto de facto, mas esteve. Portanto, não conhecerem a máquina por dentro, de modo a conseguirem dar uma resposta em seis meses para esse tal organograma, que já lhe tinha dito em privado e em público que achava que fazia todo o sentido criar, só achava que era demasiado tempo. O assunto dos pelouros, para si essa questão estava terminada.

---- Em relação ao concurso das 350 candidaturas que existiam, queria fazer uma pergunta muito simples. Era óbvio que esse número, percebiam todos que não foram apenas funcionários ou prestadores de serviços dessa Junta de Freguesia que estavam a concorrer e, portanto, houve pessoas de fora a concorrer. Isso parecia claro para toda a gente. O que perguntava era se as 30 vagas que tinham para preencher fossem preenchidas por pessoas que não eram prestadores de serviços atuais, o que iria acontecer, eventualmente, a alguns prestadores de serviços que trabalhavam para a Junta de Freguesia. -----

---- Só tinha depois um apontamento para fazer relacionado com duas situações que já foi ali falado. Uma acerca da Justiniano Padrel, o tal centro de acolhimento. O Senhor Presidente, ou por desconhecimento, o que não acreditava, porque a Junta tinha que ter conhecimento disso, ou por alguma falha de informação, ou então ia-lhe dizer olhos nos olhos por populismo, que o Senhor era capaz de falar num centro de acolhimento de camas quentes. -----

---- Esse centro de acolhimento não tinha nada a ver com camas quentes, a história das pessoas estarem à porta para poderem entrar também não era. Tinham um grupo de moradores que já reuniram duas vezes com a Câmara Municipal de Lisboa. Fizeram o trabalho de saber junto da Câmara e achava que a Junta também podia fazer esse trabalho, ou devia pelo menos, foram saber de que forma se ia processar. Portanto, os moradores reuniram-se com a Câmara já duas vezes e já lhes foi informado de que forma aquilo ia funcionar. -----

---- As pessoas que lá iam entrar não eram pessoas que iam estar à porta, como viam noutros centros de acolhimento, nomeadamente um que existia na Estrada de Chelas, não ia ter lá pessoas à espera para entrar e ver se conseguiam a vaga. As pessoas que lá iam estar seriam referenciadas antecipadamente e levadas para lá. Na certeza, porém, que em cada boxe, que era assim que eles chamavam, só iam estar uma noite. A ideia era depois ter ali valências, nomeadamente do ponto de vista da reinserção, para ajudar essas mesmas pessoas e encaminhar para uma vida diferente. -----

---- Havia uma coisa que era verdade, também tinham preocupações acerca do funcionamento, nomeadamente da rua, como a rua estava sem saída, como ia funcionar em termos de segurança, como estava em termos de estacionamento. -----

---- Não sabia se o Senhor Presidente referiu isso, não se lembrava de ter referido, mas a EMEL e a Polícia Municipal já lá andaram. Sabiam as pessoas que lá estiveram e sabiam o que estiveram lá a fazer. Aliás, no seu próprio caso, que trabalhava como motorista de táxi, tinha ido lá levar uma pessoa na sexta à noite e verificara que o estacionamento não tinha nada a ver com aquilo que era antigamente. -----

---- Tinha nascido e criado ali, não ia ali de paraquedas. A Justiniano Padrel, ninguém lhe ensinava onde era, nem quem lá morava e tudo mais. Já lá tinha ido várias vezes e sabia que o estacionamento como estava era uma vergonha e os que moravam naquela rua eram os principais prejudicados. Isso não havia dúvida nenhuma. -----

---- Ia entrar já no último tema que queria falar, era a relação da Junta com a Câmara Municipal. Denotava, e para grande gáudio da parte do PSD, que o Senhor Presidente, e esperava que fosse com o seu Executivo todo, denotava uma certa diferença no tratamento com a Câmara Municipal de Lisboa. Fazia votos que isso fosse mesmo uma postura para manter e não que, ao invés de ser Presidente da Junta de Freguesia, se assumisse como um dos... do Presidente Carlos Moedas e da Câmara Municipal de

Lisboa, que era isso que normalmente se tinha verificado nas suas intervenções em relação àquilo que era a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, fosse do seu partido ou não, era um parceiro fundamental para a Junta de Freguesia. Noutras circunstâncias, umas com mais razão, outras com menos, não foi devidamente justo para com a Câmara Municipal e esperava, porque denotara já uma diferença nessa Assembleia em relação à Assembleia anterior, esperava que essa postura em relação à Câmara Municipal fosse para manter porque ganhariam todos, ganhava a cidade, mas ganhava a Freguesia de São Vicente. Era para isso que o Senhor Presidente era eleito, para servir e salvaguardar os interesses da Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que achava interessante que o Eleito Bruno Santos disse para não fazer juízos de valor e fez diversos juízos de valor. Era populista, era chantagem. Era interessante, falou de si dos juízos de valor, tinha feito um e o Membro Bruno Santos conseguiu fazer vários.-----

----- Com os juízos de valor e com o populismo, porque falou da questão do populismo, tiveram uma conversa do estatuto de oposição em que disse que a Câmara Municipal de Lisboa não lhe deu o programa técnico, programa funcional técnico sobre o espaço, coisa que já tinha pedido diversas vezes à Câmara Municipal de Lisboa que o desse. Pelos vistos tinha informação, mas não mandou. Não tenho essa informação e, portanto, não era populismo. A verdade era que a Junta de Freguesia ia colaborar com a Câmara Municipal de Lisboa, desde que a Câmara Municipal de Lisboa também colaborasse com a Junta.-----

----- A partir do momento que não sabia, o que sabia era por portas e travessas o que se ia passar no centro Justiniano Padrel, isso para si não era uma questão de populismo. Era uma questão de transparência de informação. Tinham um espaço que ia ser um centro de acolhimento, onde estava o programa técnico funcional? Falara com a Câmara, já perguntara várias vezes, no dia seguinte mais uma vez ia perguntar em Assembleia Municipal e iria continuar a dizer isso. Isso não era populismo, era transparência.-----

----- Portanto, quando se dizia que queria assumir uma posição contra o Carlos Moedas, da mesma maneira que tinha falado relativamente à Carris, todas as vezes que tivesse que falar questões que a Câmara Municipal estava do lado da população, não era ao seu lado, ao lado da população, seria a primeira pessoa a dizer que isso estava bem, que isso estava mal, porque não tinha nada a ganhar com as coisas correrem mal. Essa era a primeira questão que gostava que ficasse clara. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que os concursos estavam de alguma forma ligados com a questão da orgânica e, naturalmente, havia sempre espaço para a crítica ao trabalho que estavam a fazer, porque havia sempre erros e eram os primeiros não só a identificá-los, mas a correr atrás para os resolver. Havia vários domínios que provavelmente já nem sequer eram tema numa Assembleia de Freguesia, porque todos concediam que apesar das coisas não estarem bem feitas estavam a ser desenvolvidos melhoramentos.-----

----- Relativamente à questão da orgânica, tinham de ter algum cuidado quando usavam por exemplo qualificativos como poucochinho, por uma razão muito simples, porque quando falavam de uma orgânica, quando falavam de regulamentos como levavam à Assembleia de Freguesia, como regulamentos que estavam em consulta pública, como delegações de competência, muitas vezes quando usavam esse qualificativo estavam na verdade a apoucar toda uma estrutura, estavam a apoucar também trabalhadores. -----

----- O Executivo não fazia as coisas sozinho, precisava da estrutura da Junta de Freguesia para fazer as coisas e, portanto, havia uma estrutura que manifestamente tentava responder, que estava a responder com a colaboração do Executivo e havia avanços

significativos. Olhassem para o regulamento que levavam à Assembleia de Freguesia, comparassem com outros regulamentos no passado, até com outras Freguesias e via-se as melhorias. -----

----- Relativamente à orgânica, previam que em maio conseguissem enviar a orgânica para consulta aos sindicatos, como a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas assim obrigava, mas não esquecendo que uma orgânica não era só fazer os quadrados e dizer quem ficava em cima ou quem ficava ao lado. Uma orgânica também tinha uma avaliação de custos, porque podia ou não ter chefias, podia ou não ter coordenadores técnicos, podia ou não ter encarregados gerais, encarregados operacionais, e tudo isso pressupunha uma avaliação. Como isso se juntava aos concursos? Por uma razão muito simples, aliás isso estava nas Opções do Plano que os Senhores aprovaram. -----

----- Os concursos tinham que ser concluídos. Depois dos concursos serem concluídos iam ter que fazer uma nova avaliação de necessidades, porque havia áreas que percebiam desde já que não iriam ter ainda resposta na Junta de Freguesia. Só depois dessa avaliação em concreto, do que precisavam, iriam perceber que concursos mais poderiam ou não abrir. -----

----- Relativamente a quem ficava nos concursos ou não, também convinha passar essa mensagem a todos para não haver equívocos, era que a Lei tinha que ser cumprida e não havia nesse momento um PREVPAP, como sabiam bem. Portanto, também não se fizesse um certo discurso perante os trabalhadores de que tudo era fácil, quando os procedimentos tinham que seguir a Lei. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era isso mesmo, a Lei tinha que ser cumprida e estavam a falar de um concurso de 35 trabalhadores. Concursos públicos dessa magnitude, queria perceber quantas Juntas de Freguesia fizeram nos últimos doze anos, nos últimos dez anos, nos últimos cinco anos. Portanto, estavam a falar de 35 trabalhadores. -----

----- Ficavam sempre a ver o copo menos cheio, mas estavam a falar da possibilidade de 35 pessoas poderem entrar nos quadros. Era um concurso dessa magnitude. Pretendiam fazer mais concursos, se fosse necessário. Evidentemente percebiam que nem toda a gente ia entrar e uma das coisas que sempre disse quando estava no anterior Executivo, quando se abriu os concursos, sempre disse durante a campanha, que isso não era um PREVPAP. Gostariam muito, tiveram um momento na história de Portugal em que houve três. Como gostavam de falar do Governo do PS, do Governo Socialista, felizmente houve uma altura em que conseguiram fazer um PREVPAP. Era ótimo que agora o Governo do PSD pudesse fazê-lo. -----

----- Portanto, já que conseguiam também ter acesso aos documentos do centro de pernoita, falassem também para que o Governo fizesse um novo PREVPAP para que os trabalhadores da Junta pudessem entrar e não terem que fazer um concurso. Já que estavam a falar de Governos Socialistas, agora que era um Governo do PSD devolviam-lhes a questão, para falarem com os Deputados da Assembleia da República, para falarem com o Governo, para fazerem um PREVPAP, que era isso que precisavam. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que queria só esclarecer uma coisa ao Senhor Presidente. Pela maneira como falou, dava a entender que o grupo de eleitos do PSD era contra a entrada desses 35 elementos, mas fossem claros, o PSD achava fabuloso essa questão de entrarem 35 e não ter comparação com nenhuma outra Junta de Freguesia e com essa Junta de Freguesia e tudo mais. Achava que estavam 100% de acordo e do seu lado apenas tinha feito uma pergunta, se as 35 não fossem trabalhadores atuais ou prestadores de serviços atuais, o que se iria fazer a essas pessoas, porque não se podia andar a prometer mundos e fundos. -----

----- O Vogal Tiago disse e bem que havia situações e serviços na Junta de Freguesia que ainda tinham manifestamente insuficiência de pessoas. Era muito fácil, mas não ia fazer o trabalho do Senhor Presidente. Essa questão de falarem com o Governo do PREVPAP e falar com o Doutor Luís Montenegro e tudo o mais, não iam fazer o seu trabalho. Isso era o seu trabalho, era gerir a Junta de Freguesia.-----

----- Tinha perguntado em relação a uma ferramenta de gestão da Junta de Freguesia, que iam entrar 35 pessoas, o que se ia fazer se essas 35 pessoas não fossem atualmente prestadores de serviços da Junta de Freguesia. Iam ser dispensadas ou ia-se tentar realocar essas pessoas noutros serviços manifestamente insuficientes, como o Vogal Tiago disse? Era só isso, para descansar as pessoas.-----

----- O Senhor Presidente sabia que também sabia que havia um sentimento até de pânico em alguns colaboradores da Junta de Freguesia porque estavam a ser feitos contratos mensais e bimensais e as pessoas não sabiam porque isso estava a ser feito. Era preciso esclarecer às pessoas, porque era que isso estava a ser feito, contratos mensais e bimensais.-----

----- Sabia que isso não funcionava para todos os elementos da Junta de Freguesia. Havia funcionários que tinham promoções, havia entradas de assessores para o gabinete e para o gabinete do Executivo. Pronto, isso era da vida e havia outros que tinham mais dificuldade em suprir as carências que tinham nos tais serviços insuficientes que o Vogal Tiago disse.-----

----- Era só descansar as pessoas, mais nada. Era só isso, a única preocupação que tinha era descansar as pessoas.-----

----- Para terminar, a questão da relação com a Câmara Municipal de Lisboa. Quando achava que a postura da Junta de Freguesia não era a melhor perante a Câmara Municipal de Lisboa queria fazer uma pergunta muito direta e muito simples. Era verdade ou não que o seu gabinete, que o email do seu gabinete, mandou mails a marcar inscrições em reuniões públicas da Câmara de moradores de São Vicente?-----

----- Fazia uma declaração de interesses, que a Junta de Freguesia tivesse a capacidade de ajudar pessoas que eventualmente não tinham a capacidade para fazer isso junto da Câmara Municipal de Lisboa, tudo certo. Fazer isso uma série vezes pelo mesmo assunto e mandar as pessoas falar com o Presidente Carlos Moedas a pedir casas, a dizer que a pessoa não tinha casa porque a culpa era do Presidente Carlos Moedas, isso achava que era um bocadinho demais e tinha provas do que estava a dizer.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que achava interessante, aliás, até essa forma de fazer política era interessante. Também já começava a perceber se calhar o discurso de chantagem que estava a dizer, que tinha que ficar caladinho, agora gostava da postura, se calhar também era ordens de alguém, porque se tinha esses emails percebia que era informação da Câmara e de alguém da Câmara, só podia ser.-----

----- Relativamente a essas questões, achava que o assunto era que havia senhoras de idade nesse momento que não tinham casa, tinham pessoas que não conseguiam pagar as rendas, tinham pessoas com graves problemas, que estavam a ser despejadas, que iam à Junta a chorar a pedir casa. A única coisa que tinha a dizer era que como Presidente de Junta infelizmente não lhes conseguia arranjar casas e dizia se queriam ir a uma Assembleia Municipal, se já tentaram falar com a Câmara Muitas pessoas tentavam, mas não conseguiam.-----

----- A única coisa que faziam era uma coisa muito simples, se uma senhora que não conseguia inscrever numa Assembleia Municipal fosse à Junta e pedir à Junta que fizesse essa inscrição, era dever enquanto Junta de Freguesia inscrever pessoas que queriam falar nas reuniões de Câmara Municipal de Lisboa, ainda para mais se as questões eram casas. Se havia pessoas que iam dizer que seriam despejadas no próximo mês e que não tinham

para onde ir, pessoas de idade... uma senhora há pouco tempo foi ter consigo, reformada, com uma irmã acamada, as duas não tinham mais rendimentos, não conseguiam pagar a renda, iriam ser despejadas de casa, fazia o quê? Dizia para não ir à Câmara falar com o Senhor Moedas, ou com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, quando a pessoa dizia que queria falar com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa? Isso fazia algum sentido? -----

----- Tinham grandes problemas de habitação no bairro, como era conhecimento de toda a gente, tinham pessoas de idade que iam ter à Junta e que infelizmente não conseguiam fazer nada e a única coisa que conseguiam fazer, quando elas pediam que gostavam de falar na Câmara Municipal, gostavam de falar com o Vereador ou com o Presidente, era dizer que a única coisa que podiam fazer era inscrever-se para falarem no período antes da ordem do dia. Era isso a única coisa que faziam. Portanto, essas alegações, o que tinha a ganhar enquanto Presidente Junta a dizer às pessoas para irem lá dizer que a culpa era do Presidente? O que tinha a ganhar ao incentivar pessoas a irem à Câmara Municipal de Lisboa, como se dizia com o e-mail a dizer que a culpa era do... que o Presidente da Junta disse para ir inscrever para ir ali falar, que a culpa era sua por não ter casa, o que ganhava com isso? Portanto, aquilo que estavam a dizer era só ridículo, não fazia sentido nenhum, não tinha nada a ganhar. -----

----- Tinha inscrito pessoas que queriam falar na Câmara, era uma coisa diferente. Já percebera que ia instruído da Câmara Municipal de Lisboa para falar dessas coisas. Era triste, deveriam estar a falar da Assembleia de Freguesia, deveriam ser Membros da Assembleia de Freguesia e não delegados da Câmara Municipal de Lisboa. Ficava-lhe muito mal, enquanto Membro eleito do PSD ali, em vez de discutir assuntos da Câmara queria ir lavar roupa suja da Câmara, principalmente quando os seus fregueses, concidadãos, não tinham casas. Estavam a falar de pessoas que não tinham casas, que iam para a Junta chorar, a pedir para irem falar com o Presidente da Câmara e a Junta fazer o seu papel... ir com informações, que tinha informações da Câmara, isso não era trabalho, ser capanga não era trabalho. -----

----- Ainda por cima que diziam que a culpa era do Carlos Moedas, isso ficava triste, isso não era a forma de agir e muito menos seria a forma de um Presidente de Junta querer ter uma relação. Aliás, aquilo que tinha falado era o que ia continuar a dizer. Quando a Câmara Municipal de Lisboa estivesse do lado da população iam estar do lado da Câmara Municipal de Lisboa. Quando havia pessoas que não tinham casas e precisavam falar com a Câmara Municipal de Lisboa, a única coisa que a Junta ia fazer era dar essa possibilidade e ajudar os cidadãos a poderem falar com a Câmara. Se a Câmara não gostava, paciência. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que o espanto devia ser por que razão havia tanta gente na Freguesia de São Vicente que precisava falar com a Câmara Municipal e que não conseguia, porque na Freguesia de São Vicente, se alguém queria falar com a Junta tinha várias formas de o fazer, ou ia ao atendimento quinzenal ou mensal do Presidente da Junta, ou ia às reuniões de Junta de Freguesia e não tinha que mandar e-mails para isso. Não pediam que as pessoas pré-inscrevessem, as pessoas que quisessem aparecer apareciam e inscreviam-se. Portanto, se as pessoas tinham dificuldade em falar com a Câmara Municipal, esse que devia ser o espanto, não era o espanto da Junta de Freguesia apoiar as pessoas. -----

----- Relativamente à questão dos vínculos, dos contratos, percebiam as questões, já sabiam as respostas e fazem as questões, no fundo para criar um problema onde ele não existia. -----

----- As opções do plano, a informação escrita que o Presidente da Junta de Freguesia apresentava à Assembleia de Freguesia ela era bastante clara e não fugiam às questões,

tanto que organizaram a informação escrita com base nas opções do plano. Podiam escrutinar aquilo que andaram a fazer ou não andaram a fazer através da informação escrita, porque estava lá tudo e também podiam ver o que faltava. Bastava comparar com as opções do plano e percebiam o que ainda não estava feito ou o que estaria a ser feito.

----- Nas opções do plano tinham, naturalmente, concluir os concursos, que era um desejo de todos os trabalhadores, era um anseio. Era claramente um drama para a vida deles e por isso deviam ter especial cuidado quando falavam disso. Portanto, a grande prioridade que estava nas opções do plano era finalizar esses concursos e depois tinha o seguinte: “Avaliar as necessidades permanentes, tendo em vista garantir que as funções permanentes têm uma correspondência com o vínculo de emprego público”.-----

----- Significava que depois dessa conclusão dos concursos, com a orgânica montada, iriam perceber quais as insuficiências que a Junta de Freguesia tinha e se houvesse insuficiências que precisavam de contratação a Junta de Freguesia abria concurso para isso. A resposta era simples. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinham 35 vagas. As pessoas que trabalhavam na Junta e que não conseguissem estar no concurso, iriam fazer aquilo que faziam sempre, se houvesse a possibilidade, se houvesse necessidade de realocar, podiam realocar a outros locais. Se houvesse necessidade iam fazer isso. -----

----- Se a Junta não tinha necessidade de trabalhadores e se não os conseguia realocar a outras funções depois de ter um concurso público, obviamente que ia ter que dispensar pessoas. Fazia parte. Dispensava porque eram dinheiros públicos e porque a Junta não precisava. Achava que isso era muito simples e foi dito aos próprios trabalhadores. Já tiveram uma reunião com os trabalhadores e disseram isso. Portanto, não havia ali espanto nenhum. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que em relação àquilo que foi o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente, relativamente ao facto de ter decidido não distribuir pelouros, ficavam esclarecidos. Devia ser a única Freguesia das 3.258 Freguesias do país que o Presidente decidia não distribuir pelouros e decidia concentrar todos os pelouros em si próprio. -----

----- Era um direito que lhe assistia legalmente. A Lei permitia essa situação, mas não conhecia nenhum caso, em nenhuma autarquia do país, onde isso sucedia e, portanto, era uma novidade que passado seis meses de mandato o Presidente da Junta de Freguesia continuava a não distribuir pelouros. -----

----- A distribuição de pelouros não era um mero ato burocrático ou administrativo. Era um ato político com enorme significado e alcance, porque distribuir pelouros significava distribuir tarefas, significava distribuir trabalho, significava no fundo pôr a equipa a trabalhar e a funcionar e a responsabilizá-la pela execução das suas tarefas. Portanto, quando o Presidente da Junta não responsabilizava a equipa, não lhes atribuía competências específicas vivia tudo assim num limbo e, portanto, ele pairava majestaticamente sobre o seu Executivo. -----

----- Isso dizia muito da forma de gestão que estava ali e que, aliás, depois se refletia nos resultados operacionais e nos resultados financeiros e orçamentais da Junta que a seguir iriam analisar. Mas era esse modelo de gestão completamente desresponsabilizante e concentracionária que levava, depois, aos resultados que tinham assistido. -----

----- Em relação à questão do Plano de Atividades, essa observação de que aprovaram o Plano de Atividades não era para si, porque de facto tinha votado contra o Plano de Atividades. O “vocês” foi assim uma espécie de plural majestático e tinha ficado sem perceber se dirigia. Portanto, para esclarecer, tinha votado contra o Plano de Atividades e por uma razão muito simples, porque de facto deixava de fora efetivamente um conjunto

de prioridades estratégicas que essa Junta de Freguesia teimava em ignorar. Portanto, era de facto um modelo na sua perspectiva absolutamente incompreensível e insustentável.

----- Ainda voltando à questão central, que era a questão da não distribuição de pelouros, percebia-se o incómodo que essa forma de gestão teria causado e que teria levado, certamente, um Membro do Executivo a menos de seis meses do mandato renunciar ao lugar e gostava que o Senhor Presidente da Junta tivesse a coragem política de ali explicar as razões que levaram à renúncia da Vogal Patrícia Leal da Junta de Freguesia e do Executivo da Junta. Gostava que tivesse a coragem política de, perante os Membros eleitos dessa Assembleia e perante os fregueses que ali estavam presentes e aqueles que assistiam através da transmissão, de facto explicar, fazer a prestação de contas. Porque perdeu um elemento do seu Executivo num estágio tão prematuro do seu mandato? Isso era fundamental, porque achava que isso tinha muito a ver precisamente com o seu modelo de gestão da Junta de Freguesia. -----

----- Relativamente ainda à questão do património devoluto que existia na Freguesia e à necessidade urgente, tinha dito ali na primeira reunião que havia uma crise emergencial da habitação no país e em particular em Lisboa, em particular no centro histórico de Lisboa e muito em particular na Freguesia de São Vicente. Havia dezenas de edifícios abandonados, devolutos, propriedade pública do Estado na Freguesia de São Vicente, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, propriedade da Segurança Social, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dezenas de edifícios.-----

----- Alguns até iam a leilão, eram leiloados ao melhor preço, como aconteceu recentemente num leilão que aconteceu na Sala de Extrações. Imaginassem, onde se fazia o euromilhões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Portanto, já se distribuíam edifícios na Freguesia de São Vicente em leilão na Sala de Extrações como se estivessem a sortear o Euromilhões. Isso era penoso porque não se respondia à crise da habitação encaminhando as pessoas para o Município, respondia-se à crise da habitação apresentando soluções ao Município para resolver os problemas de habitação na própria Freguesia. Era essa a competência do Executivo, era apresentar soluções, não era apresentar problemas. -----

----- Já sabiam todos que os problemas existiam e eram bem reais e bem tangíveis. O que tinham era a obrigação de quem executava e quem estava no Executivo apresentar soluções, apresentar efetivamente planos para resolver realmente os problemas e não perpetuar essa lógica assistencialista de estar sempre a dar a cana e não ensinar a pescar. Essa lógica era também uma marca da gestão do Partido Socialista na Freguesia ao longo dos últimos doze anos, era a marca do assistencialismo puro. -----

----- Pensava ter autoridade para dizer que na declaração de princípios do Partido Socialista estava lá uma coisa escrita, que o PS era contra o assistencialismo. Estava lá escrito com todas as letras, porque o assistencialismo ajudava a perpetuar a pobreza. Portanto, os problemas não se resolviam dando pequenos apoios, os problemas resolviam-se de facto encontrando soluções estruturais, sistémicas, que ajudassem a resolver a vida das pessoas. Era isso que se exigia a esse Executivo e, sobremaneira, a um Executivo do Partido Socialista. Exigia-se que apresentassem soluções concretas para a resolução dos problemas das pessoas e não que contribuisse ainda mais para agravar os problemas que já existiam. -----

----- Em relação ainda à questão do hotel e do quartel, efetivamente havia uma contrapartida que estava no contrato de concessão, que era a construção de 150 lugares de estacionamento. Estava no contrato de concessão, tinha-o lido e tinha na sua posse, podia entregar esse contrato. Essa negociação já foi feita no tempo da presidência do Presidente Carlos Moedas. A realidade era essa, porque antes não existia, mas havia essa contrapartida clara, só para não dizer que não havia nenhuma contrapartida. -----

----- Ali toda a gente já disse que reuniu com o Vereador da habitação da Câmara de Lisboa, mas também já tinha reunido, sabia do que estava a falar... Não era suposto entrarem em diálogo, mas não tinha medo nenhum do diálogo. -----

----- Em relação à questão do estacionamento, estava previsto de facto estacionamento subterrâneo, mas estava previsto também a construção na Rua Damasceno Monteiro de um silo automóvel com dois pisos... -----

----- Comentando um aparte, disse que eram 132, estava mal informada e não devia propalar essas *fake news*, porque isso era mentira. Estava a dizer ali, cara a cara, que isso era falso. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu que acabasse o debate entre o público e os Membros eleitos. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tanto combatia o populismo da extrema direita como o populismo da extrema esquerda e queria dizer outra coisa, queria dizer que quem estava verdadeiramente interessado em resolver os problemas da habitação da Cidade de Lisboa devia-se concentrar no património devoluto do Estado, que estava ao abandono e aí sim, para participar e contribuir e estar ao lado das soluções. -----

----- Também, se queriam um equipamento âncora para a cidade onde se pudesse acolher um conjunto de coletividades, de associações, de empreendedores, de artistas, era aí que tinham que concentrar, era no quartel de Sapadores, porque era esse o espaço que tinha melhores condições nesse momento, se calhar em toda a cidade. -----

----- Por último, uma palavra relativamente às pessoas que ali estavam... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que iria cortar a palavra se não terminasse rapidamente. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)**, sobre a questão dos arraiais, disse que era muito sensível aos argumentos, achava que fizeram muito bem ir ali. Sempre foi um adepto da democracia participativa. Portanto, achava que assim a democracia podia sobreviver, era quando os cidadãos se mobilizavam para defender os seus direitos e aquilo em que acreditavam. -----

----- Tinha tomado boa nota das intervenções, da participação, dos contributos que deram para o debate, da discussão acalorada. Não havia nenhum problema nisso, fazia parte da democracia. Naturalmente que transmitiria às pessoas que tinham preocupações de natureza diferente e que queriam, efetivamente, um outro modelo de gestão, as preocupações. -----

----- Esperava que se conseguisse encontrar um entendimento, um consenso. Agora, uma coisa era certa, algum dia e mais cedo do que tarde, esse modelo de arraial não podia continuar, com esse modelo de gestão altamente penalizador para o erário público ali da Freguesia e com uma sobrecarga brutal junto da comunidade residente. Isso não podia continuar e futuramente teriam que realmente repensar esse figurino. -----

----- Compreendia a ansiedade, o nervosismo relativamente a um evento que ia acontecer dentro de um mês. Portanto, isso estava registado e podiam sair dali com a garantia de que transmitiria as preocupações e elas seriam naturalmente tidas em conta. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que o PCP submeteu à Assembleia duas moções. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que as duas moções foram distribuídas pelos Membros da Assembleia. Entenderam na altura que seria muito importante falar ali sobre a importância do 25 de Abril de 1974, fazia nesse dia 52 anos que os presos políticos foram libertados de Caxias e tinha sido um deles. Aquilo que sugeriam, isso a ser aceite pelos Membros da Assembleia, era uma leitura atenta pela importância que tinham essas questões da liberdade e da democracia enquanto princípio. O 25 de Abril tinha que ser muito mais que isso e aquilo que propunham no concreto, porque era a parte que tinham

que resolver ali, era saudar o aniversário da Revolução de Abril, o momento de afirmação dos trabalhadores e do povo português pela liberdade e a democracia e que se promovesse e estimulasse a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição da República Portuguesa.-----

----- Esse ponto era aquele que merecia a concordância ou discordância dos Membros da Assembleia e não ia ocupar mais tempo nisso, porque estava a ver gente muito nervosa em relação ao tempo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “52º Aniversário da Revolução do 25 de Abril”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor (PS, PCP e BE), 4 votos contra (PSD, IL e Chega) e ausência de MEFSV. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A Iniciativa Liberal não é contra o 25 de Abril, é contra o texto que foi proposto. Ou seja, nós não concordamos que o 25 de Abril seja uma luta de trabalhadores, nós achamos que o 25 de Abril é uma luta pela liberdade de todos. Por isso, concordamos com o voto ao 25 de Abril, não concordamos é com este texto que está aqui proposto.”*

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Faço nossas palavras as do Membro eleito da Iniciativa Liberal, de misturar uma coisa e outra. -----*

----- *Viva o 25 de Abril.”-----*

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que a moção do 1º de Maio tinha sido distribuída atempadamente por todos os Membros na Assembleia de Freguesia.-----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

----- *“----- 52 Anos do 1º de Maio em Liberdade -----*

----- *O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é desde 1886 um dia de luta e resistência para todos os trabalhadores do mundo para conquistar melhores condições de trabalho. -----*

----- *Comemorar o 52º aniversário da Revolução de Abril é também comemorar os 52 anos do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador em liberdade, dia de luta, resistência e emancipação para todos os trabalhadores durante o fascismo. A comemoração desta data era brutalmente reprimida. -----*

----- *Considerando que hoje, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social e se degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam as desigualdades e injustiças com o povo, apagar a fatura dos lucros que aumentam escandalosamente quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos, fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais. -----*

----- *E quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, as comemorações do 1º de Maio revestem-se de particular importância. -----*

----- *Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de São Vicente propõem que a Assembleia de Freguesia, na sua sessão de 27 de Abril de 2026: -----*

----- *Saúde o 52º aniversário do 1º de Maio em liberdade, apelando à participação massiva nas iniciativas comemorativas e nas manifestações promovidas pelo Movimento Sindical Unitário. -----*

----- *Saúde às lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego e de qualidade da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, do aumento dos salários, do Serviço Nacional de Saúde e*

*dos serviços públicos de transportes, direitos fundamentais consagrados na Constituição de Abril.* ----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “52 Anos do 1º de Maio em Liberdade”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS, PCP, BE e MEFSV), e 4 votos contra (PSD, IL e Chega) -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A Iniciativa Liberal é contra este texto, não é contra o 1º de Maio. Estes textos são textos de luta, são textos que não concordamos com eles. Acho que deve haver uma colaboração, produtividade, falarmos todos e não luta, proletariado, são termos que já deviam ser ultrapassados. Não concordamos também aqui com a questão da Constituição, achamos que a Constituição devia ter alguma visão.* -----

----- *De qualquer maneira, somos a favor também e damos um louvor ao 1º de Maio, mas não nestes moldes nem com este texto.”*-----

----- **Membro João da Silva (Chega)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Também para dizer que, obviamente, a questão não se põe relativamente às datas em causa, nem a do 25 de Abril, nem a do 1º de Maio, até porque no primeiro 1º de Maio estava lá eu na Alameda. Portanto, a coisa para mim é perfeitamente normal, digamos assim.* -----

----- *Tem a ver sim com uma acessão ideológica que é introduzida nos textos, com a qual nem eu em particular, nem o meu partido, não nos revemos nos termos que são utilizados, sobretudo não nos revemos no suporte à Constituição existente e, portanto, votaremos sempre contra este tipo de iniciativas.”* -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Eu votei favoravelmente esta moção, como teria votado a anterior se estivesse na sala, mas isso não significa que tenha de concordar com 100% do que lá está dito ou escrito.* -----

----- *Aqui a intenção é, no fundo, sinalizar estas duas datas e isso vale muito mais do que, de facto, a letra do texto e a preciosidade de algumas expressões que eu também não subscreveria ou que eu, se fosse o autor do texto, não colocaria ali. Mas ainda há um valor maior, que é o valor de sinalizar o 25 de Abril e o 1º de Maio e isso está acima de qualquer questão.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que considerando estarem a atingir as três horas de sessão, de acordo com o Regimento para dar continuidade à sessão devia ser aprovado pela Assembleia, porque começou por volta das dez para as nove e, portanto, estavam a cerca de oito minutos.-----

----- Não sabia se a Assembleia pretendia dar continuidade ou se propunha ser interrompida e ser dada continuidade noutra sessão, sendo que não entraram ainda na ordem do dia. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** propôs que antes de interromper fosse ainda ouvido o público no seu ponto. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** solicitou à Assembleia que se possível, antes da interrupção, que não tinham nenhum obstáculo quanto à interrupção, que pudessem apreciar e votar o regulamento das atividades. Tinha normas que precisavam delas para avançar com alguns procedimentos e se fosse possível apreciar e votar esse regulamento agora seria o ideal. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que concordavam com o que o PCP estava a dizer. Achavam que era de extrema importância passar então essa Assembleia para outra Assembleia e nesse momento dar início ao público e às respostas que foram dadas.-----

----- Em relação ao que o Executivo estava a dizer, da parte do PSD não, até porque existiam ali vários pormenores que queriam esclarecer e achava que era um regulamento de taxas gigantesco que tinham que ter tempo para o fazer. -----

----- Estavam a falar que era um quarto para a meia-noite e, no máximo, a Assembleia teria que terminar daí a 45 minutos. Por isso, achavam que era importante, tendo em conta que tinham tantas pessoas ali à espera de serem esclarecidas, a prioridade era essa e achava que deveriam agendar. -----

----- Percebia a urgência do Executivo em ver esse regulamento aprovado e essas taxas modificadas, mas já estavam ali há seis meses e havia processos que também tinham que se resolver. Por isso, na opinião do PSD, iriam votar contra isso. A Assembleia devia ser agendada para outro dia e deveriam passar a essa fase do esclarecimento das pessoas que ali estavam. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que, relativamente a aumentar taxas, nem tudo o que ali estava era aumentar taxas, mas era acima de tudo prever taxas, que algumas nem sequer estavam previstas nesse momento. -----

----- Também a questão de critérios de acesso, que era muito importante para tornar as atividades transparentes e especificamente quanto às taxas do arraial, porque queriam avançar com as candidaturas e assim podiam ter que ficar presos. -----

----- A questão dos seis meses, isso era o resultado de um trabalho, não começaram por regulamento para depois definir os programas de atividades ou o arraial, começaram pelo início. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que entendia perfeitamente e até gostava imenso da observação, porque na realidade queriam ouvir sobre isso, mas qualquer taxa e regulamentos obrigava, exceto em alguns pormenores, uma consulta pública para que na realidade pudessem falar todas as pessoas que estavam ali, que também pudessem dar a sua opinião acerca dessa questão. -----

----- Não iriam garantidamente aprovar algo à pressa, olhar para papéis à pressa, estar ali a discutir em trinta minutos aquilo que achavam ser extremamente importante. Percebia também, mas por si a Assembleia podia ser marcada para o dia seguinte ou no outro a seguir, não seria um dia ou dois que iria inviabilizar as propostas dos arraiais ou do que fosse. Estavam a falar de acréscimos nos arraiais de mais de 100% de taxas cobradas a quem participava, por isso achavam que tinha de ser falado com seriedade. -----

----- Quando falava dos seis meses, na realidade já se podia ter visto, já podiam ter falado. Receberam essa documentação há relativamente pouco tempo e por isso achavam que tinham algumas dúvidas e queriam colocá-las. Não iriam colocá-las à pressa, até porque isso podia ficar aprovado para muito mais anos, se lembrassem de fazer. Podia ser mais um ano, fosse o que fosse... Pronto, então que fosse só até 2026. -----

----- Em relação ao PSD, aquilo que estavam a dizer era que achavam que essa discussão tinha que passar para outra Assembleia. Não era por um dia ou dois que ia inviabilizar o que fosse, isso não era justificação. A Assembleia podia-se realizar durante essa semana, na mesma, até porque havia N pontos e que iam ter que os debater numa Assembleia também. Por isso, da parte do PSD, iriam contra e achava que deviam esclarecer as pessoas com todas as questões e ouvir as pessoas que ali estava ainda nessa reunião. --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **interrupção da sessão**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Continuando, disse que então a sessão seria interrompida e iriam proceder à audição do público. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** referiu que depois da intervenção do Membro Daniel Adrião não houve possibilidade de resposta por parte do Executivo. -----

----- **D. Intervenção do Público;**-----

----- **Freguês Hugo Cruz** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gostei muito de ouvir hoje a intervenção acerca do arraial da Graça e vou relembrar que estou aqui em nome da Assembleia da Graça. Portanto, também estou aqui em nome do movimento de pessoas que sentem a Graça e vivem a Graça e vou começar primeiro pelo arraial. -----

----- Estou completamente solidário. Tem que haver um arraial e tem que se manter o arraial da Graça, mas parece que as pessoas que são eleitas para nos representar encontram problemas e não soluções e isso é muito triste. -----

----- Aliás, eu tenho a convicção que vão encontrar a solução e vai haver o arraial da Graça, como tem que haver, porque eu acho que são eleitos para porem as necessidades da população à frente de quezílias que eu reparei que existem aqui, entre elas partidárias, e isso é muito pequenino e dignifica muito pouco a nossa política. Isto era o primeiro ponto. -----

----- O segundo ponto da Assembleia, que diz respeito mais ao movimento da Assembleia da Graça, é curioso que nós pedimos a posição dos partidos e ela é bastante clara nesta Assembleia e é tão clara que a Iniciativa Liberal sublinhou que a concessão não foi entregue a qualquer um, foi ao Grupo SANA. Foi um comentário infeliz, eu percebo, mas foi. O Senhor é amigo pessoal do Presidente do Grupo SANA. -----

----- Aqui a questão é exatamente essa, é que são eleitos para representar o povo e ignoram exatamente a primeira premissa e eu até consegui ouvir bastante bem, que se calhar agora parar as obras, o Estado iria ter que... -----

----- Ah é? Pois, mas o Senhor está a ignorar que os primeiros a incumprir foi exatamente o Grupo SANA e, portanto, quem está em dívida para connosco, que somos os contribuintes, é o Grupo SANA sim. Quem são os responsáveis para cobrar, não estão a desempenhar esse papel devidamente e logo aqui dá para ver o conflito de interesses e os interesses que vocês representam. Vocês e aqui agora incluo também o PSD, porque mostrou muita preocupação, o que é que poderá acontecer aos trabalhadores que podem ser eventualmente não alocados, o que é que vai acontecer? E eu pergunto, o Senhor não é de um partido que propôs o pacote laboral que está em cima da mesa? Sobre os trabalhadores estamos conversados. -----

----- O que o movimento da Assembleia da Graça veio aqui hoje, mais uma vez junto dos eleitos, é exatamente perceber se de facto estão com a população ou não e deu perfeitamente para perceber quem é que está com a população e quem é que não está. Inclusive do PSD, sacudi logo a água do capote a dizer que isto já vinha de trás, mas foi precisamente o seu Executivo na Câmara que esqueceu de cobrar, porque a verdade é esta, desde 2021, se não comessem as obras tinham uma multa de 500 e tal milhões por mês, ou 500 mil por mês. Era assim uma brutalidade. Pagaram zero e vocês deram zero informação a nós. Portanto, aquele património que está ali, tal qual o de Sapadores pode ser, devia ser sim património revertido para a população. Infelizmente não é e vocês com isso podem muito bem.” -----

----- **Freguês Ivo Macedo** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, boa noite. Eu só queria aqui fazer um reparo de uma situação quando eu abordei... Agora posso dizer diretamente, não vou falar para os outros Membros eleitos, mas vou falar diretamente para o Membro eleito Daniel. -----

----- Diga-me só uma coisa, você fez questão de mencionar que a questão que a gente diz que anda a circular nas ruas que o Senhor ou alguém mandou para a rua sobre a providência cautelar, lá mencionou que queria o escrutínio da forma como o arraial era feito, mas tudo aquilo que eu li e que aprendi a ler, lá tudo fala de questões como retirar dias ao arraial, reduzir a forma que é feita a seleção de quem cá vem há doze ou há mais

anos, passar a movimentos associativos apenas e só e para quem é residente da Freguesia. -----

----- E eu pergunto-lhe: Sabe quantas associações fazem parte e membros associativos que dependem do arraial da Graça? Que alguns estão sentados aqui, que para além de Membros eleitos pertencem a grupos associativos e necessitam dessas receitas para fazer face às despesas que têm anuais. -----

----- Pergunte-lhes quanto é que pagam. Pergunte-lhes a eles o que é que eu, Ivo Macedo, os meus colegas que aqui estão que fazem parte e que pagamos as taxas discriminadas do escrutínio que você pergunta, que pagamos e que fazemos parte de pagar. Nós nunca nos preocupámos com aquilo que pagamos, o único problema que nós temos aqui é um e será sempre esse que disse ao antigo Executivo e que digo a este agora. É mais dias de trabalho. -----

----- Eu nunca me vou preocupar, tanto eu como aos meus colegas que aqui estamos, com o valor que pagamos nem para onde é que as verbas são, porque eu sei que as verbas são muito curtas para a despesa que é o arraial, mas também sei perfeitamente que o arraial, a despesa que tem, nem um cêntimo é retirado daquelas pessoas que deixam de ter casas ou deixam de ter esse dinheiro para eu vir para aqui trabalhar e deixam de ter esse dinheiro para ter as coisas que precisam da Freguesia ou da parte do Presidente. -----

----- Não é isso que acontece. Acontece que é curto o orçamento, mas não é retirado a quem cá vive para fazer o arraial. -----

----- Mas uma coisa eu lhe pergunto: De tudo aquilo que eu li, você ali só pede uma coisa, pede aquilo que você afirma aqui, o populismo, porque aquilo que você me pede, a mim e aos colegas que lá estão, é que deixemos de fazer parte de algo que é cultura, de algo que é vida e de algo que é Graça. -----

----- Sabe do que é que eu tenho orgulho? É de pertencer a uma Freguesia que não é a Graça, mas mais orgulho que tenho é pertencer ao arraial da Graça e cá estar desde o início e fazer dele aquilo que é considerado o melhor arraial de Lisboa, mais seguro, com melhores condições e que toda a gente inveja os Executivos que cá passaram e este Senhor que agora está a pegar ainda não fez o primeiro, mas já o invejam por isso. Porque nós, para além de pertencermos a ele, queremos fazer dele ainda mais. -----

----- Portanto, lembre-se quando olhar para o papel que você diz aqui que pergunta do escrutínio, você não pergunta do escrutínio, você pergunta diretamente aquilo que você quer e que você foi lá a pedir, é que deixemos de fazer. O arraial tem que ser feito, o arraial é a vida, o arraial é a Graça. Todos os que lá fazem, fazem parte dele. -----

----- Mas pense nisso, já que não vamos a votos, já que não vamos a votos e que não vai ser decidido, porque quem está desse lado, eu não percebo política, percebo pouco e mal e é de faturas. Mas já que não vai a votos, pense nisso na próxima vez que cá vier e naquele papel de quatro ou cinco folhas que estava a pensar fazê-lo ou a lançá-lo. Se o lançar, pense nas famílias que poderá estar a prejudicar, ou que pense em fazê-lo. Se o fizer, eu ainda quero acreditar que para além da política existe uma pessoa e um ser humano desse lado, ser humano esse que se lembra que há muitas famílias que, para além de viverem disto, querem fazer com que a Freguesia ainda seja mais do que aquilo que é. -----

----- E mais não digo. Muito obrigado.” -----

----- **Freguês José Muacho** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite outra vez, Senhora Presidente. Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Daniel. Falámos há pouco, eu fiquei sem perceber algumas coisas, mas se calhar desta vez vou pedir ao Presidente que neste arraial o convide para ir trabalhar. -----

----- O Senhor questiona a questão da cerveja, questiona a questão da empresa que organiza, uma série de coisas. Se calhar o Senhor podia ajudar a Junta a entregar barris,

*a ver se as casas de banho estão sujas e fechá-las, a estar ali a coordenar ou ajudar a segurança quando há algum atrito que não demora nem segundos para ser resolvido.*

*----- Nós temos que pensar bem e eu ponho-me neste lugar porque já organizei algumas festas de Freguesia, a Freguesia onde eu resido, não a minha mulher, a minha mulher é daqui, eu vivo em Oeiras, ajudei sempre a Junta de Linda-a-Velha a organizar, até que desisti. -----*

*----- Prefiro estar eu a vender as bifanas, que é o que eu sei e às vezes cada um tem que fazer o que sabe. O Senhor sabe de política, não deve saber de arraiais porque nunca organizou nenhum, mas se calhar pedindo aqui... bem, só se for o arraial de há bocado, que era um autêntico arraial, isso eu percebo que o Senhor deve ser um perito a saber organizar. -----*

*----- Mas peço-lhe desculpas mais uma vez e peço à Presidente, aqui nesta Assembleia aos eleitos, se calhar alguns gostam do que fazem, aquele Senhor da coletividade, tenho aqui outra pessoa do Maria Pia, que o conheço há muitos anos, são as coletividades que funcionam aqui neste arraial, que vivem deste arraial, que o dinheiro que fazem em quatro ou cinco dias resolve o problema, ou trocam lâmpadas, ou pintam, ou ajudam. -----*

*----- Nós temos que pensar bem, quando queremos mudar uma coisa ou terminar uma coisa, não pode ser de um momento para o outro. Eu entendo a sua questão, mas entenda a nossa. Estamos a um mês ou a um mês e meio do arraial, não se pode mudar uma coisa. Pode ter muita razão que já fez há muito tempo o pedido, não foi há muito tempo, os homens estão eleitos há seis meses. -----*

*----- Entrar numa casa nova, por muito que lá tenham estado, não conhecem os buracos nem os ratos. Eles têm que ter o tempo para entrar, para saber, para perceber e o Senhor, na oposição, tem que ter o tempo para propor, esperar e resolver. Por isso eu peço, em nome dos meus colegas que estão aqui, que vivem disto, porque muitos vivem disto, as coletividades vivem disto, peço que tenha a maior sensibilidade como pessoa deste ano não fazer nada e, se quer mudar, tem um Executivo para propor, apoiado por uma Assembleia, que se forem propostas reais, sérias e bem informadas, eu penso que poderá mudar. -----*

*----- Tal e qual, como vimos agora o Senhor do PSD dizer que há propostas que se calhar são exageradas. Não as quis resolver aqui, vai ter o tempo para as resolver. É esse mesmo tempo que eu peço a si. Este ano estamos a um mês e meio do arraial, ainda não fizemos inscrições, se calhar eu estou a falar e nem entro, mas aos meus colegas e às coletividades que eu peço que o Senhor tenha essa sensibilidade. -----*

*----- Muito obrigado e boa noite.” -----*

*----- **Freguês Lino Almeida** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Senhores Presidentes, boa noite a toda a gente. Eu penso que já não há muito a dizer, porque os meus parceiros já falaram algumas coisas que eu ia mencionar aqui. De qualquer forma, após tudo o que foi comentado e falado aqui, gostaria de frisar mais uma vez que isto é um assunto em relação à gestão do arraial que tem que ser feita com tempo. Não é a um mês ou um mês e meio que se tenta acabar com algo ou transformar, que já existe há tantos anos. Portanto, tem que haver tempo para ser resolvido, falado, se houver alterações a fazer. -----*

*----- Portanto, peço coerência e já foi dito aqui por todos os outros também, como também peço coerência em relação a outra situação que tem a ver com as taxas. Tem que haver coerência nisto, porque tem que estar a haver uma relação entre os dias que vamos fazer e o que vamos pagar, porque, ao contrário de algumas pessoas que mencionam que ganham aqui fortunas, ninguém fica rico no arraial. Portanto, há que haver coerência em relação a essas taxas e aos dias que vamos fazer. Está bem? Peço isto. Isto é para o Executivo. -----*

----- *Muito obrigado a todos.*” -----

----- **Freguesa Susana Estronca** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite. Em boa verdade já não tenho muito mais a dizer, porque de facto os colegas e todos os que participam no arraial já acabámos por dizer tudo. -----*

----- *A única coisa que eu quero dizer, e quero que isto fique bem claro, quero pedir desculpa ao Executivo e aos restantes Membros, porque há pouco todos nós nos exaltámos e acho que foi compreensível e pedimos desculpa. Eu peço desculpa de certeza em nome de todos nós e reforçar a ideia aqui ao Senhor Daniel, que tenha cuidado e que pense de facto naquilo que quer fazer com o nosso arraial, pensando também que o nosso arraial não é só nosso, é de toda a população, todos os fregueses que estão na Graça e toda a economia que mexe na Graça. -----*

----- *E mais, os clubes desportivos e as outras associações, inclusivamente, ganham não só porque estão no arraial, mas ganham no futuro, porque depois temos pessoas que vêm à Graça, que visitam a Graça, que gostaram tanto disto, que vão à procura dos clubes para os meninos jogarem basquete, para os meninos terem outro tipo de desporto e são pessoas que começam a estar na Graça porque vieram ao nosso arraial. -----*

----- *Portanto, o nosso arraial não é só aquela festa naqueles dias, o nosso arraial é muito mais, porque eu tenho a certeza que se calhar o Maria Pia, os Leais e outros tipos de associações, o Desportivo da Graça, depois com o avançar do nosso arraial eles ganham mais meninos, têm mais pessoas a praticar desporto, têm mais associados. Isto tem que ser contabilizado. -----*

----- *Eu reforço aqui o que o Lino disse, porque de facto eu acho que, se calhar, há pessoas que dizem coisas que não são reais. E aqui ninguém fica rico no Santo António, a única coisa que acontece no Santo António é que qualquer de todos nós, como as associações, recebem ali um balãozinho de ar fresco que pode ajudar na faculdade dos miúdos, em algum empreendimento que nós queremos fazer. É isto que acontece, porque ninguém fica rico. Eu não tenho um BM à porta porque faço Santo António, eu não tenho casa porque faço Santo António. -----*

----- *A única coisa que o Santo António, de facto, proporciona a todos nós é uma lufada de ar fresco. Se calhar podemos, em vez de gastarmos o nosso ordenado, tirar dez dias de férias ou se calhar podemos fazer outro tipo de coisas que não conseguimos fazer durante o ano. Que isto fique claro. -----*

----- *Espero mesmo que o Daniel Adrião não se esqueça da conversa que teve comigo e que cumpra a sua palavra.” -----*

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que as perguntas que os moradores faziam era à Assembleia de Freguesia, não era à Junta. O público que ia à Assembleia Municipal não interrogava a Câmara Municipal. Era para haver esse equilíbrio, porque por vezes dava a ideia que quem queria participar com questões da Junta devia ir às reuniões públicas da Junta e aí deviam tratar das coisas diretamente. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que de acordo com o Regimento o Executivo tinha direito a responder às perguntas do público. Portanto, percebia que havia outras sedes que podiam fazer, mas ali também. De facto, estava prevista essa resposta.

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que só queria aqui responder ao Hugo Cruz, que não entendeu praticamente do que tinha dito. -----

----- Estavam a falar de princípios liberais, mas não estavam a falar do grupo. Não falara do SANA por ser o SANA. Tinham grupos hoteleiros muito maiores. O Pestana seria muito maior, hoteleiros muito maiores. A questão não era essa. -----

----- A legalização de um hotel demorava dois a três anos e a legislação máxima não permitia isso. Ou seja, se vissem com cuidado, isso podia ir para tribunais europeus, o

processo de licenciamento não podia demorar tanto tempo. O SANA demorou mais de dois anos a licenciar, como todos os hotéis.-----

----- A Iniciativa Liberal era contra os processos de licenciamento. Estavam a tentar simplificação de iniciativa, estavam contra um processo de legislação de dois anos. Isso bloqueava muitos processos. Já se ganharam muitos processos contra o Estado Português em Bruxelas porque os prazos de licenciamento demoravam dois, três, quatro, cinco anos e por vezes, para fazer um licenciamento do hotel, tinham que bater a sete organismos. Isso era ilegal. Depois ganhavam os processos contra o Estado Português. Essa era a questão. -----

----- Não eram a favor de isso ser atribuído ao SANA, nada disso. Havia grupos muito maiores, tinha que haver um caderno de encargos que toda a gente poderia concorrer livremente. -----

----- Fazia parte de uma associação de enoturismo, em que se estavam a bater contra os licenciamentos do Estado e estavam com participações públicas também. -----

----- A questão não era essa. Havia alternativas a esse investimento ou não? Iam manter o empreendimento fechado ou não? Essa era a questão. Não eram contra nenhuma intervenção associativa, pública, privada, parcerias público-privadas, mas quanto tempo aquilo parado? Quem licenciava? Aquilo pertencia a quem? Quem tinha que dar as autorizações? Era esse o problema. -----

----- Na Iniciativa Liberal nunca foram Governo, nunca estiveram perto de ser Governo. Queriam ser brevemente e estava convencido que seriam brevemente, dos primeiros processos que queriam era a modernização administrativa. Não era possível um processo de licenciamento passar por sete organismos. Tinham casos em que queriam tirar os pombos de uma praça qualquer e não podiam fazer nada, porque tinham ambiental, o ordenamento de território, a Junta de Freguesia, a Câmara, eram sete, oito, dez, doze pareceres. Não se podia fazer nada. -----

----- Era muito bonito falarem ali que iam construir habitações, iam fazer o que quisessem, mas não faziam nada. Também já tinha estado ligado ao Governo e isso não funcionava enquanto não houvesse um processo de modernização administrativa. Podiam andar ali a dizer que iam fazer casas, não faziam nada. Não era possível. Tinham que começar pelo início, iam modernizar as coisas todas. -----

----- A Iniciativa Liberal era a favor da intervenção do Estado sempre que ela fosse eficiente. Ou seja, não eram ultraliberais, eram neoliberais. Aceitavam a intervenção de instituições, mas de uma forma correta, senão ganhava-se o processo, o Estado não fazia nada, a Junta não tinha capacidade, o que faziam daquilo? As associações de moradores faziam alguma coisa? Tinham capacidade de fazer alguma coisa? Tinha projetos? Ótimo, ajudava-os. A Iniciativa Liberal estava à disposição para aqueles projetos. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que queriam aproveitar esse momento para tocar nalguns pontos que as pessoas falaram, mas também para responder a algumas observações que o eleito Daniel Adrião fez e que não tiveram a oportunidade de responder porque se ausentou. -----

----- O eleito Daniel Adrião falou de resultados operacionais que não estavam à vista, ou que seriam desastrosos, depois indicou zero. A única coisa a que se referia eram de facto falhas, mas não era da Junta de Freguesia, era de quem tinha competências para resolver os problemas de habitação em Portugal, nomeadamente em Lisboa a Câmara Municipal de Lisboa. Coisas que fossem da competência e atribuições diretas da Junta de Freguesia nomeou zero.-----

----- Relativamente à questão dos arraiais, convinha fazer ali algumas precisões que a intervenção do eleito Daniel Adrião de facto fazia alguma confusão e, em alguns casos, até a desinformação. Primeiro, os arraiais de São Vicente tinham um regulamento desde

2022 e era esse regulamento que estabelecia o modelo. Não era mais nada, não era a Junta de Freguesia que ia decidir agora o modelo nos próximos dias. Quem definia o modelo era o regulamento e se não conhecia o regulamento podia ir ao site. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que esse momento era para resposta ao público. Estaria a responder ao público sobre os arraiais, era esse o seu entendimento.

----- (diálogos cruzados) -----

----- Disse que era o momento para responder às questões do público, a sessão foi interrompida e foi atribuída palavra apenas ao público e as respostas ao público. Portanto, foi isso que foi votado e era isso que devia ser cumprido. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que estava a falar sobre arraiais apenas para explicar e aproveitando para deixar clarificadas algumas questões que foram, de alguma forma, objeto de desinformação pela intervenção. -----

----- Falou da gestão que era entregue a uma empresa, a gestão do arraial... O Executivo tinha todo o gosto de responder-lhe a seguir à sua intervenção. O Daniel Adrião, não sabia se oportunisticamente ou não, ausentou-se logo a seguir à sua intervenção, mas convidava a ouvir que seria bastante breve. -----

----- O regulamento previa expressamente que a gestão era da Junta de Freguesia. Não sabia de que opacidade falava de empresa contratada... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que teria que proceder ao encerramento da sessão. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** afirmou que dizer que concessionava era uma autêntica mentira. Contratava serviços. Falava-se de opacidade quando a contratação das empresas era através de concurso público e outra coisa, não havia providências cautelares para mudar modelos, havia providências cautelares para impedir que o arraial acontecesse e tinha que ser sério e dizer isso com todas as consequências. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** informou que a sessão estava interrompida e iriam a seguir debater uma data para dar continuidade noutra reunião. -----

----- Deu por encerrada a reunião, eram zero horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e seis. -----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

----- PRESIDENTE -----